



ATA N.º 4/2016

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA CIM.

PONTO 2 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

PONTO 3 – CONTA DE GERÊNCIA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2011 – HOMOLOGAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS (Proc.º 19088/2011). INFORMAÇÃO Nº 24/DGF/2016. Para conhecimento.

PONTO 4 – AUDITOR EXTERNO/EMIÇÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL – 2016 SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. INFORMAÇÃO Nº 30/DGF/2016. Para conhecimento.

PONTO 5 - PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – ACOMPANHAMENTO DO 1º SEMESTRE. INFORMAÇÃO Nº 29/DGF/2016. Para conhecimento.

PONTO 6 - PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - 2º TRIMESTRE DE 2016. INFORMAÇÃO Nº 28/DGF/2016. Para conhecimento.

PONTO 7 - LEI Nº 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2015. INFORMAÇÃO Nº21/SC/2016. Para conhecimento.

PONTO 8 – DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2017. PROPOSTA Nº 80/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação,

PONTO 9 – ALTERAÇÃO/ADITAMENTO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES: PROPOSTA DE APROVAÇÃO FINAL DO PROJETO DE ALTERAÇÃO/ADITAMENTO, PONDERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA. REQUERENTE: MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 202/DSCH/2016. Para apreciação, discussão e votação.

PONTO 10 – ADESÃO DOS MUNICÍPIOS DA CIM DO ALTO TÂMEGA AO CIAB – TRIBUNAL ARBITRAL DE CONSUMO. PROPOSTA Nº 77/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

PONTO 11 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DO



SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. PROPOSTA 78/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

PONTO 12 - JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO - APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO DE 2015/2016. PROPOSTA Nº 71/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

PONTO 13 – PROPOSTA DE MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DO PLANALTO DE MONFORTE – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OUCIDRES E BOBADELA, EM MAIO DE 2015, NO QUE CONCERNE À GESTÃO DA ÁGUA DA FREGUESIA. PROPOSTA Nº 75 /GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

PONTO 14 - PROPOSTA DE MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES, EM MAIO DE 2015, NO QUE CONCERNE À GESTÃO DA ÁGUA DA FREGUESIA. PROPOSTA Nº 76 /GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

PONTO 15 – PROPOSTA DE MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE REDONDELO, EM MAIO DE 2015, NO QUE CONCERNE À GESTÃO DA ÁGUA DA FREGUESIA. PROPOSTA Nº 81 /GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

PONTO 16 - PROPOSTA DE MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM, EM MAIO DE 2015, NO QUE CONCERNE À GESTÃO DA ÁGUA DA FREGUESIA. PROPOSTA Nº 82 /GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

PONTO 17 – PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO OUTORGANTE PRIVADO NO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO/CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES E A SOCIEDADE “FORTE DE S. FRANCISCO HOTÉIS, LDA”, EM 09 DE FEVEREIRO DE 1989. PROPOSTA Nº 83/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

PONTO 18 – CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E IRS AO ABRIGO DO ARTº 71 DO EBF. REQUERENTE: MARIA JOSÉ TEIXEIRA DO NASCIMENTO. LOCALIZAÇÃO: RUA CORONEL BENTO ROMA – 2º D, FRAÇÃO “E” – SANTA MARIA MAIOR. PROCESSO Nº 289/14. REQUERIMENTO Nº 169/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 162/DSCH/2016. Para apreciação, discussão e votação.

PONTO 19 – CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E IRS AO ABRIGO DO ARTº 71 DO EBF. REQUERENTE: MARILIA VALENTE FERREIRA ABELHA. LOCALIZAÇÃO: RUA 25 DE ABRIL – SANTA MARIA MAIOR. PROCESSO Nº 436/10. REQUERIMENTO Nº 186/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 44/DSCH/2016. Para apreciação, discussão e votação.

Feita a chamada verificaram-se 77 presenças das 79 que constituem a Assembleia Municipal de Chaves.



Suspenderam o mandato:

Francisco António Taveira Ferreira

José Carlos Costa Matos Conceição

João Luís Gonçalves Rodrigues

Maria Helena da Silva Barreira

José António Trindade Mendes

Nuno André Coelho Chaves

Faltaram:

António Manuel Santana Abelha

Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro Seco

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Presidente da Mesa** solicitou permissão à Assembleia para que o Senhor Dr. João Batista, na qualidade de Primeiro-Secretário da CIM pudesse antecipar a sua intervenção para o início dos trabalhos neste período “Antes da Ordem do Dia”, sobre a atividade desenvolvida no âmbito da CIM.

O **Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro** pediu a palavra para tecer algumas considerações sobre a possibilidade da informação sobre a atividade da CIM ser apresentada no período antes da ordem do dia.

Depois de cumprimentar os presentes disse o seguinte: “nos termos da alínea a) do nº 5 do art.º 25º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, compete à Assembleia Municipal convocar o Secretariado da CIM para prestar esclarecimentos sobre a atividade desenvolvida.

Em face desse normativo legal impõe-se colocar algumas considerações prévias.

A informação deve ser prestada apenas pelo Primeiro-Secretário, ou pelo respetivo Órgão? No caso, o Secretariado da CIM do Alto Tâmega e, desta forma todos os membros que o integram?

Independentemente do entendimento que possa haver sobre esta questão, que não é relevante, a informação a remeter aos membros da Assembleia Municipal, não deveria observar o mesmo prazo fixado para a informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal? Dois dias?

Essa informação relativa à atividade desenvolvida pela CIM, no respetivo período, não devia ser feita por escrito, com vista a permitir a sua apreciação por parte do Órgão deliberativo municipal?

Somente em face da informação escrita reportada, atempadamente, pelo Secretariado da CIM, é que os membros da Assembleia Municipal estarão habilitados a suscitar questões.

A alínea a) do nº. 5, do art.º 25 diz, de forma expressa, que cabe ao Secretariado da CIM responder perante os membros da Assembleia Municipal. Esta é a norma legal. Em coerência com a referida norma legal e as boas práticas administrativas, proponho que a informação a prestar pela CIM do Alto Tâmega, aos membros desta Assembleia, passe a ser feita por escrito e com a antecedência mínima de dois dias úteis, de modo a permitir que o Secretariado possa ser interpelado sobre a respetiva atividade. Esta é a proposta que deixamos relativamente a esta matéria e, por isso, entendemos que deve ser discutida no seu momento próprio.



Em função da intervenção do Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro, o **Senhor Presidente da Mesa**, informou que o Secretário da CIM fará a sua intervenção no Período da Ordem do Dia, conforme está agendado.

O **Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro** voltou a usar da palavra para dizer que em sua perspetiva, a informação deve ser ministrada a esta Assembleia da mesma forma que é feita a do Presidente da Câmara. Deve ser enviada, dois dias antes da respetiva sessão, de forma a permitir que os membros deste Órgão, que tem competência fiscalizadora, possam colocar questões.

Isso é um direito dos membros desta Assembleia.

Está claro que o Dr. João Batista virá aqui e fará o relatório daquilo que foram as atividades desenvolvidas pela CIM, mas nós não teremos oportunidade nem capacidade de lhe apresentar nenhuma questão, sobre as iniciativas que tenham sido feitas.

Sob o ponto de vista regimental, se verdadeiramente se queria fazer isto, colocava-se na ordem de trabalhos.

O **Senhor Presidente da Mesa** informou que o Senhor Secretário da CIM usará da palavra no ponto da ordem do dia.

Entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia,

Intervenções:

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves do **PS** – cumprimentou os presentes e em seguida referiu a unidade termal de Chaves dizendo:

“Estamos próximos do fim de mais uma época alta na nossa milenar capital termal, cidade romana de beleza sem igual.

Certamente os números e as estatísticas confirmaram o que é evidente a qualquer olhar empírico. Chaves tem atratividade e potencial turístico. É do conhecimento geral que o turismo, setor em franco crescimento no nosso país, é uma das atividades económicas com maior dinamismo no mundo e a nossa cidade configura, neste âmbito, um excelente exemplo de potencial turístico.

Chaves, cidade histórica, romana e termal. Mas romana? Perguntar-se-á. Se assim é porque não nos diz então a ponte que é romana e que é milenar, em que ano surgiu, e quem a mandou construir?

Porque tarda o Museu das Termas Romanas uma eternidade até poder receber visitantes?

Porque é que a rede “Museu da Região Flaviense” que engloba uma série de museus municipais funciona ao contrário de todos os outros museus?

Tem um horário reduzido ao fim de semana, não abre nos dias feriados nem nos dias festivos. É isto que queremos de uma cidade turística?

Sabemos que já não temos as marcas de outros tempos; cidade fronteiriça, de muito comercio, contrabando e muito dinheiro. Estas já não serão as atuais vias de desenvolvimento.

Não vale a pena chorar o passado, nem lamentar o presente. Também não nos devemos resignar em chavões tais como e cito «o nosso Rio Tâmega não tem remédio nem solução», ou uma «cidade limpa é aquela em que os munícipes não sujam». Se estes são desabafos que a qualquer flaviense ficam mal, em quem tem responsabilidades nos destinos do município, não ficam mal; são inadmissíveis.



Pensemos antes em como construir um futuro com mais oportunidades que pode ser altamente alavancado, económica e culturalmente, no turismo, com base no potencial histórico e cultural de Chaves.

O património de Chaves é um dos recursos endógenos mais importantes, englobando materialmente igrejas, casas e palácios, praças, pontes, fortes, castelos, relevantes marcas e achados arqueológicos, o rio, o centro histórico. Também bens imateriais como a gastronomia, a linguagem, os costumes e tradições, que são a identidade cultural do nosso povo; de todos nós.

A identidade é também um fator fulcral sobre a qual a cidade constrói a sua imagem e é nela que se encontra um dos principais fatores de atração de turistas. Lamentavelmente a nossa cidade tem levado umas valentes ferroadas na sua identidade. Muitas das características distintivas de Chaves, designadamente as que lhe conferem uma identidade própria, estão associadas ao nosso Centro Histórico.

O Centro Histórico cuidado, aprazível, recuperado e limpo permitir-nos-ia, certamente, continuar a almejar aquilo que nos prometeram. Que um dia logremos ter a nossa cidade inscrita na lista de bens e sítios classificados como património cultural da humanidade, pela UNESCO. E quem assim almeja será que se pode conformar com a continuidade da falta de soluções para a limpeza, aos fins de semana, no Centro Histórico?

Ora porque dizem não há dinheiro que chegue para limpar, ora porque dizem não há operacionais disponíveis, ora porque dizem são os jovens que têm as costas largas e apelidamos de vândalos, podemos-nos conformar com isto?

Alguém se convence que tenhamos jovens e não tão jovens menos limpos e cuidados do que os outros cidadãos de cidades de dimensão semelhante à nossa? Eu não me conformo. E o Partido Socialista também não. Nós sabemos que os flavienses valem muito. Sabemos que o problema não está nas pessoas. Que todos os cidadãos querem muito a sua cidade; dedicam-lhes tempo, atenção, cuidado.

Por isso, se nós munícipes, não somos sujos, nem mais sujos que os outros, mas não temos a nossa cidade tão limpo e cuidada como tantas outras, não se culpem as pessoas.

A arquitetura do Centro Histórico de Chaves é, sem dúvida, um dos pontos fortes em termos culturais e não obstante o seu colossal custo de edificação, o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, pode reforçar, de facto, o poder atrativo da arquitetura flaviense. Mas um edifício não basta. Um museu que já está há alguns meses aberto, mas em cujo sítio da internet continua a não ter informação sobre os preços, que não tem uma política de descontos para residentes que nos convida a lá levar vezes sem conta os familiares e amigos, que nos visitam. Um museu em que ainda se desconhece que existe um cartão que confere descontos e entrada gratuita em museus, a todos aqueles que o possuem, o cartão do ICUM – Comité da Unesco para Museus – é capaz de ainda não ser bem um museu. Parecem sinais evidentes de que querermos turismo e estarmos preparados e capacitados para o turismo, são coisas bem diferentes.

Uma cidade que se quer turística é aquela em que os visitantes saem dela recomendando-a como destino a outros e manifestando a intenção de regressar. Ninguém gosta de regressar, nem de recomendar locais onde a limpeza e o embelezamento não são preocupações evidentes. Onde um rio não esteja cuidado ou



limpo, pelo menos que não “feda”. Onde os principais edifícios históricos e monumentos não tenham qualquer placa identificativa ou sinalética turística.

Estas constatações, mais do que críticas, são um grito para uma reorientação estratégica que esperamos que a nossa cidade concretize. A cidade romana, termal e que em tempo granjeou fama pelos seus jardins, imputa e obriga os serviços municipais a cuidados e responsabilidades acrescidas na promoção, na proteção do património, na conservação do edificado e dos costumes; na constante divulgação, na limpeza e na organização exímias.

Chaves tem preciosos fatores de atração turística mas claramente, algo está a falhar. Algo mais é necessário se a um aumento do número de visitantes não corresponder, como não corresponde, um notório enriquecimento e desenvolvimento, tanto a nível económico, como social. O mercado turístico encontra-se em constante evolução. Há extrema necessidade de definir parâmetros, identificar tendências de procura, desenvolver parcerias e criar sinergias, do Porto ao Douro, de Vigo ao Gerês. É importante desenvolver atividades promocionais, mas sobretudo conservar e melhorar infraestruturas e acima de tudo, apostar na formação e qualidade dos agentes que desenvolvem funções turísticas na cidade.

Porque é que não há em Chaves, por dois meses que seja, guias turísticos ao dispor?

Não há melhor propaganda que possamos ter do que aquela que os nossos jovens podem promover e protagonizar. É preciso alicerçar o potencial paisagístico, humano, monumental e patrimonial, em novos roteiros. Chaves tem sofrido algumas machadadas de talhante mas continua, bela e atrativa.

Quantos novos roteiros se podem criar nesta rica malha histórica e cultural? Potenciar novos fatores de atração e dinamização turística; limpar, cuidar, embelezar, promover, urge. Ousemos. Ousemos menos em palavras e mais em gestos e em atitudes. Não basta propalar que somos turismo e que queremos turismo. É preciso fazer muito mais”.

José Pimentel Sarmento do **PSD** – cumprimentou os presentes e disse que o objetivo da sua intervenção é fazer algumas perguntas ao Senhor deputado Manuel Cunha já que sempre se mostrou aberto e recetivo a informar esta Assembleia da situação da nossa Unidade Hospitalar.

Como se encontra neste momento a situação do nosso Hospital? Melhorou? Piorou? Qual a estratégia desta Direção do Centro Hospitalar?

Desejo igualmente reportar algumas informações que me chegaram através de pessoas interessadas e empenhadas numa boa prestação de serviços e oferecer aos flavienses uma saúde melhor e mais rápida. É o caso de um dos nossos cardiologistas que se ofereceu para fazer mais horas no Hospital de Chaves se a Direção do CHTMAD o entender, até porque não exerce medicina privada e tem disponibilidade de tempo para isso.

O Senhor Ministro da Saúde vem dizendo, através da comunicação social, que entraram mil médicos e mil e seiscentos enfermeiros e eu gostaria de saber se fomos contemplados com alguns desses médicos e enfermeiros.

Ouvi na comunicação social que o Centro Hospitalar tinha oferecido duas equipas completas para ir prestar serviço sazonal para o Algarve.



Como vejo a população a queixar-se cada vez mais e eu próprio me apercebo das dificuldades que temos, gostaria de saber o que é que alterou. Sei que os doentes continuam a ter de se deslocar a Vila Real para mostrar os exames a uma médica que trabalha no hospital de Chaves mas que é obrigada a ver os exames no Hospital de Vila Real. Sei que já foram feitas diligências, até por parte do Senhor Presidente da Câmara, para que essa situação acabasse.

Prometeram que iríamos ter mais especialidades, nomeadamente em termos de consulta externa, mas a verdade é que tudo continua, igual.

Quando se comemorou o dia da Unidade Hospitalar de Chaves fizeram-se promessas que não passaram disso. Tive pena de não ter tido conhecimento dessa cerimónia porque teria estado lá para fazer estas e outras perguntas a quem de direito. Teria defendido a minha terra e os meus ideias mesmo que para isso tivesse de fazer muitas perguntas incómodas.

Quero dizer ao Senhor deputado Manuel Cunha que lhe faço estas perguntas com toda a estima e consideração porque sei que é uma pessoa séria, que gosta da sua terra e sei que, dentro das suas possibilidades, faz o que pode.

Gostei de ouvir a intervenção da Senhora deputado Brigitte. Todos sabemos que há coisas que estão menos bem, outras que estão para ser feitas, mas a intenção é fazer melhor.

Temos de promover e divulgar o nosso património arquitetónico para que seja conhecido em toda a parte. Que tudo aquilo que os romanos nos deixaram e o que fomos construindo, caso do Museu Nadir Afonso, seja conhecido e visitado.

Relativamente ao Rio Tâmega quando era jovem, joguei muitas vezes a bola no seu leito, no período de verão, porque tinha muito pouca água e não estava poluída. Quando tinha sede bebia a água do rio mas naquela altura não existia a fábrica de inertes de Oimbra/Espanha, não havia sistemas de esgotos a desaguar para o rio. É certo que não é agradável o estado em que se encontra mas também sei, porque vou lá, que a autarquia tem feito o que pode. Mas não é fácil. O Rio Tâmega tem muitos problemas. Não é como o Tua que não tem população a passar nele e tem uma área limpa que é fácil de preservar.

Manuel Guerra Afonso do MAI – depois de cumprimentar os presentes referiu-se ao Rio Tâmega.

“Já houve duas intervenções que referiram a importância do Rio Tâmega. Faço minhas as palavras da Senhora deputada Brigitte e o Senhor deputado Pimentel também focou algumas questões pertinentes.

Em Verin o rio não está tão sujo como está em Chaves. Então o que dirão as gentes de Amarante e se continuar por aí abaixo, quando chegar à foz não deve haver um metro cúbico de água que se aproveite.

Este executivo vai no terceiro ano de mandato e relativamente ao rio não vi nenhuma intervenção significativa. Será que vai ser bandeira de campanha no ano que resta do mandato, para as próximas eleições?

Não sou técnico de hidráulica mas sugeria, por exemplo, que a comporta situada a jusante das poldras, estivesse a uma cota mais baixa; com o ano que tivemos, em termos de precipitação, quase de certeza que metade das lamas que ali estão acumuladas, deslizavam.

Também o Rivelas está a precisar de limpeza/desassoreamento.



Pensava que o executivo iria dinamizar esta cidade, atrair população e pegar no recurso do turismo mas o tempo está a passar e vê-se muito pouco resultado. Deve pensar no pouco que fez e no muito que podia ter feito. Não podemos continuar a perder população e não fazemos quase nada para a cativar. Não só turistas como fixar aqui as pessoas.

O turismo é uma vertente fundamental e pouco ou nada se tem feito. A limpeza da cidade também é importante e em Valdanta, na estrada que vai para a barragem há contentores de lixo que exalam um cheiro nauseabundo. Já aqui referi isso uma vez.

Deram-me hoje aqui um prospeto bonito sobre o Castro de Curalha. Vamos ver o que se vai fazer em termos de turismo, por este monumento.

Aproveito para falar da arte rupestre em Outeiro Machado que está como estava há cinquenta anos. Os acessos foram e continuam a ser maus. Hoje há meios técnicos para reverter essa situação e colocar os blocos dispersos que permitem o aparecimento de pinheiros e carvalhos. Não sei se em termos de fundos comunitários este tipo de obras são elegíveis, mas é urgente que se faça algo por aquele espaço, tanto mais que é o único no concelho e merecia estar em melhores condições. Os arqueólogos da Autarquia poderão acompanhar as obras, caso assim seja entendido. Relativamente ao Rio Tâmega, num dos documentos da reunião de Câmara li que vai ser construído um emissário e eu pergunto se com esse novo equipamento o problema fica resolvido? Na zona de Verin a água do rio não apresenta tão mau estado como aqui em Chaves pelo que deduzo que o problema poderá residir já no nosso território, nomeadamente em Outeiro Seco.

No troço de estrada que vai da Praça do Brasil, para a rotunda do Raio X, do lado direito há um grande depósito de terras – muitos milhares de metros cúbicos - que não sei qual a finalidade. Será para uma fábrica de tijolos?

No que respeita ao trânsito em Valdanta há cada vez mais queixas, sobretudo pela velocidade com que as viaturas que ali passam. Sugiro a elaboração de um estudo para construção de duas rotundas; uma no cruzamento que dá acesso à barragem e a outra no cruzamento com a rua da arte rupestre.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – Disse que existem neste momento crescentes sinais de preocupação quanto à forma como estão a funcionar as Termas de Chaves e as Termas de Vidago.

“Conhecemos relatos de aqúistas que dizem, no caso de Vidago, que não puderam beneficiar de tratamentos termais, designadamente banhos de hidromassagem, duche Vichy e inalações, por causa da qualidade da água.

Aliás, é “vox populi”, designadamente em Vidago, que as Termas nunca funcionaram como tal, por causa da qualidade da água, mas também da sua escassez, o que torna necessário que alguns tratamentos sejam feitos com água da rede.

Dizem ainda as pessoas melhor informadas, que a água que é disponibilizada nas Termas de Vidago não está conforme os parâmetros aprovados pela Portaria n.º 1220/2000, de 29 de dezembro. Que, esta unidade, que foi uma grande conquista das gentes de Vidago, tem estado quase sempre encerrada, pelo menos no que concerne aos tratamentos termais.

Também parece que pairam sobre as termas de Chaves, algumas nuvens negras, que ameaçam a sua afirmação e crescimento. Isto depois de todos os problemas e



prejuízos que uma imponderada e mal planeada decisão de começar a empreitada em momento que pôs em causa o seu funcionamento, no período termal, mais nobre. Ainda nos lembramos do momento em que foi tomada a decisão de iniciar a empreitada de requalificar as Termas de Chaves, logo a seguir às eleições autárquicas de 2013, e quanto tempo elas estiveram encerradas!? Quase um ano e meio!

Os comerciantes, os hoteleiros e os aquistas ainda têm bem presente os elevados prejuízos que sofreram e os incómodos que tiveram de suportar por causa do amorismo de quem decidiu o *timing* da obra e o modelo de execução da mesma.

Desconhecemos qual é o número de aquistas que já pode beneficiar dos cuidados de saúde termais no ano em curso, bem como qual tem sido o desempenho económica da empresa local, que tem potencial para se assumir como motor principal do desenvolvimento local e regional.

Esperamos que o lugar cimeiro do ranking nacional das Termas de Portugal esteja quase a ser alcançado. Esse objetivo está ao nosso alcance, dada a qualidade das nossas águas e a dedicação e profissionalismo de todos quantos exercem funções nas áreas assistenciais das Termas de Chaves. No entanto, para que esse objetivo possa ser alcançado, será necessário que a gestão e a direção clínica façam o seu trabalho de forma altamente profissional, melhorando e aprimorado o plano de gestão, ao mesmo tempo que se desenvolve a inovação nos produtos e nos serviços prestados.

Naturalmente que tudo isso só é possível se a qualidade do “líquido precioso”, que é a água termal, estiver garantida em todo o processo, desde a captação, ao transporte, armazenamento e utilização nos vários tratamentos termais prestados.

Ora, é também esta matéria que nos está a preocupar. Pelo que pudemos apurar, junto de um serviço público, que a qualidade da água das Termas de Chaves tem tido “problemas”.

Acresce que constatamos que a grande maioria dos postos de inalações não estão funcionais.

Assim, é necessário apurar se estas suspeições têm fundamento ou se são apenas avaliações mal fundamentadas, pelo que se interpela o Senhor Presidente da Câmara no sentido de obter resposta para as seguintes questões:

1. Em que data as Termas de Vidago começaram a disponibilizar aos seus utentes todos os tratamentos termais que fazem parte do seu portfólio?
2. A atividade desta unidade tem sido, desde essa data, contínua ou sofreu algumas interrupções?
3. No caso de ter havido interrupções ou suspensões de tratamentos termais, em que datas e/ou períodos se registaram tais incidências, e em que tipo ou tipos de tratamentos isso aconteceu?
4. Houve registo de análises negativas em face dos parâmetros previstos na Portaria 1220/2000, de 29 de dezembro? Em caso afirmativo, em que datas e em que pontos de colheita?
5. Nesta data as Termas de Vidago estão a funcionar em pleno, com todos os tratamentos termais previstos?
6. Quantos aquistas já beneficiaram dos tratamentos termais desta unidade termal?



7. Qual é, nesta data, o desempenho orçamental da mesma, ao nível da receita e da despesa, ou dito de outro modo, dos proveitos e dos custos?

No que concerne às Termas de Chaves, as perguntas são as seguintes:

1. A empreitada “Áquae – Centro de Competências em Turismo, Termalismo, Saúde e Bem-Estar”, já foi objeto de receção provisória? Em caso afirmativo foi feita sem reservas ou pelo contrário foram identificadas matérias de correção?
2. O plano funcional da empreitada está a ser observado? ou seja: todos os espaços criados ou melhorados por essa empreitada estão a ser usados para as funções que foram concebidos/projetados? Designadamente laboratório, piscinas e espaços de ginástica/reabilitação física?
3. As salas e espaços destinados aos tratamentos termais estão todos funcionais/operacionais?
4. Todas as cabines destinadas a inalações ou outros tratamentos para as vias respiratórias estão operacionais?
5. O novo furo está a ser utilizado? Já foram elaborados e entregues os respetivos estudos técnicos?
6. A água termal tem passado, desde que a unidade foi requalificada, todos os controlos de qualidade da mesma?
7. Não tem havido situações de análises negativas, de resultados que não estão em conformidade com a Portaria 1220/2000, já referida?
8. Por último, qual foi o valor financeiro, no ano de 2015 e no ano em curso, recebido pela direção clínica das Termas de Chaves?”

Maria Manuela Tender do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida referiu o documento remetido pelo Senhor Presidente da Câmara aos membros da Assembleia Municipal intitulado, “Orientações Estratégicas Chaves 2022”.

É uma versão preliminar de um documento que pretende apresentar uma perspetiva integradora de visões multissetoriais e se coloca à disposição desta Assembleia procurando recolher contributos para a sua melhoria.

Em primeiro lugar quero felicitar o Senhor Presidente pela iniciativa porque é importante repensar estas questões não só em termos anuais, os documentos previsionais de muito curto prazo, mas pensar mais no médio prazo em que é fundamental uma visão estratégica com um prazo mais alargado.

O Senhor Presidente apresenta o documento não na sua forma final, para apreciação desta Assembleia, mas procurando obter, da nossa parte, contributos. Isto é um desafio para os partidos políticos, é um desafio para a sociedade civil e é este desafio que todos temos de assumir. Às vezes parece que nos congratulamos com os aspetos negativos, que podem denegrir a imagem do Presidente da Câmara e não é isso que devemos fazer. Este espaço é um lugar de compromisso e devemos fazer uma oposição construtiva, com responsabilidade, para podermos melhorar este documento.

Esta reflexão pretende afirmar a atratividade crescente do nosso Concelho e apresenta um desígnio integrador e mobilizador deste documento apresentando Chaves e o Concelho de Chaves como um território de atividades económicas, turísticas e de cooperação.

As políticas e as medidas cujos objetivos se anunciam respeitam pilares



fundamentais de desenvolvimento sustentável, articulando o desenvolvimento económico com a coesão social e com a proteção ambiental.

Sublinhamos a preocupação e o sucesso que o Município tem tido na captação de fundos comunitários, que tem potenciado investimentos e construção de novos equipamentos de grande importância estratégica. Nenhum de nós dúvida que Chaves tem hoje uma rede de equipamentos de grande importância estratégica que afirmam atratividade a nível nacional e a nível mundial e devemos orgulhar-nos disso, independentemente de quem esteja no poder; devemos assumir o compromisso de apresentar propostas para construir o que ainda falta e apontar alguma falha, de forma a melhorar.

Neste documento temos a possibilidade de um investimento no Concelho de Chaves, de quarenta milhões de euros até 2022, sendo que vinte e seis milhões já estão assegurados/garantidos, neste momento. Isto não é só disponibilidade de fundos comunitários, mas também fruto de trabalho. Não é sorte. É trabalho e determinação em desenvolver o Concelho e é determinação em apresentar candidaturas que tenham viabilidade de ser aprovadas, nos prazos certos. Não posso deixar de referir que muito deste trabalho se deve ao 1º Secretário Executivo de CIMAT que tem colocado muito do seu saber e da sua experiência ao serviço quer de Chaves, quer dos restantes municípios do Alto Tâmega. Bem aja por isso.

Fala-se na dívida mas a verdade é que há muitos equipamentos que a justificam e um partido que deixou uma dívida no país que teve de necessitar de um programa de ajustamento financeiro tem muito pouca legitimidade para falar da dívida do município.

Sabemos que há algumas candidaturas que ainda estão em análise mas esta é, sem dúvida, uma oportunidade para desenvolver estrategicamente o concelho, reforçando a atratividade, a competitividade do bem-estar e a qualidade de vida das populações. Há efetivamente, investimentos muito significativos. A requalificação de equipamentos escolares, o plano integrado de promoção do sucesso educativo, o apoio aos diversos níveis de ensino; a inclusão de vetores estratégicos fundamentais como sejam este da educação, a aposta nos recursos humanos, na valorização, na formação e na inclusão. A cultura, o desporto, a juventude, a inclusão e solidariedade social, a valorização do território, a valorização das atividades económicas e do emprego e, finalmente, a cooperação e os serviços, pugnando por uma modernização administrativa com o lema menos câmara mais sociedade. Uma sociedade mais comprometida, mais participativa que possa contribuir para uma democracia mais saudável, mais participativa, onde cada um exerça o seu direito de participação que é um direito e é também um dever cívico.

Felicitó o Município e espero que haja da parte de todos os Grupos Municipais uma reflexão sobre o documento, e sejam aportados contributos válidos porque todos pugnamos pela defesa da qualidade de vida de Chaves e dos flavienses, para que o concelho possa ter um desenvolvimento sustentável onde todos possamos viver melhor e promover a fixação de jovens que teimam em sair do território por não terem condições de emprego. É um combate que nos cabe a todos e o Senhor Presidente da Câmara contará com o apoio do Grupo Municipal do PSD e estou certa de que contará também, com o apoio dos restantes Grupos Municipais.



Manuel Justino Matos Cunha da CDU – depois de cumprimentar os presentes e por ter sido interpelado pelo Senhor deputado Pimentel Sarmento, referiu-se à Unidade Hospitalar de Chaves, dizendo que a sua recuperação está muito aquém das expectativas que foram criadas e está muito aquém das necessidades.

Não é verdade que do Centro Hospitalar tenha fornecido médicos porque, não os tem. Foi a Unidade Local de Saúde de Bragança que se ofereceu para fornecer médicos ao Hospital do Algarve.

Reafirmo que as expectativas eram outras, as necessidades são outras, o tempo vai-se esgotando, a concretização de coisas que se decidem tarda em ser implementada. Os constrangimentos financeiros na saúde não estão ultrapassados e vão colocar questões muito sérias como se verificará no próximo orçamento de estado.

Acho que a Senhora deputada Brigitte chamou a atenção para uma série de coisas importantes.

O Rio Tâmega na ponte de Vila Verde da Raia tem o aspeto normal de um rio. Todos os problemas do Rio Tâmega estão a jusante da ponte. Durante anos a Autarquia disse que as responsabilidades eram governamentais ao nível da Hidráulica, e do Ambiente.

Urge executar estudos que nos permitam perceber se a barragem das Nogueirinhas poderia compensar o caudal na época de verão, quando a água é desviada para rega; quais são os pontos de contaminação que se mantêm ativos no nosso concelho e qual a melhor resposta.

Também é verdade que o clima e a diminuição da precipitação têm contribuído, inquestionavelmente, nesta questão do rio Tâmega. Fazem-se estudos para tanta coisa; estudem esta questão porque, seguramente, não haverá solução para tudo, porque não podemos fazer chover, mas haverá algumas soluções.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos publicou um estudo que pôs a nu as mentiras com que nos bombardearam nos últimos anos. Afinal quem mais sofreu com a crise foram mesmo os mais pobres. Durante muito tempo vendeu-se a imagem que havia uma classe média a ser sacrificada e afinal quem sofreu menos com a crise foram mesmo os mais ricos. Os comunistas sempre disseram isto mas agora são institutos insuspeitos a dizê-lo.

Todos sabemos que a crise social, em muitos aspetos ainda está em aprofundamento. E no nosso Concelho há problemas sérios em relação à crise social, nomeadamente de adaptação da “comunidade cigana”. Temos um problema muito sério, de miséria, de degradação social, com crianças e adolescentes de etnia cigana. Sabemos que outros concelhos do país tem tentado lidar com esta situação enfrentando-a, analisando-a e procurando formas de encontrar interlocutores na comunidade cigana, para que uma situação que está em nítida degradação, não passe a uma tragédia.

Esta crise degradou estruturas de apoio e levou a uma situação séria que tem de ser enfrentada. Não é apenas um problema da sociedade porque a comunidade cigana também tem sérias responsabilidades nesta questão. Mas é na identificação dos problemas, na sua compreensão no encontrar dentro da comunidade cigana interlocutores e criar, urgentemente, uma equipe coordenada pelos serviços sociais da autarquia que enfrente esse problema e que encontre, gradualmente, soluções que atenuem a situação preocupante que existe.



Higino Domingos Ferreira da Silva do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida referiu a estrada municipal 507, que liga Chaves a Montalegre.

A estrada municipal 507 foi melhorada em 1997 com o executivo PS. O projeto que foi apresentado e aprovado nessa altura, para melhorar aquela via, incluía uma faixa de rodagem com nove metros. Não foi construída com esse diâmetro mas sim com seis metros.

O intenso tráfego a que está sujeita, quer de viaturas ligeiras, quer de camiões de transporte pesado, tem deteriorado grandemente aquela via. Parece-me que a validade média do asfalto é de dez e já passaram dezanove anos.

Há muitas pessoas de Chaves que trabalham em Montalegre e vice-versa e todos os dias tem de fazer aquele percurso que dada a degradação em que se encontra não é tarefa fácil.

À entrada da aldeia de Soutelinho da Raia foi construída, há cerca de um ano, uma lomba enorme que teve de ser retirada e o que lá está hoje é um buraco que vai sendo tapado pelos funcionários da autarquia.

Gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvão e ao Senhor Presidente da Câmara, responsáveis diretos por essa “obra”, para quando está prevista a reparação do local deixado pela lomba. Fizeram também ali uma rotunda que de nada serve porque não foi feita como devia ser, com o objetivo de regular e servir o trânsito no local. Foi gasto dinheiro, que é de todos nós, numa obra que não tem qualquer utilidade e ninguém foi punido por isso.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que foram colocadas pelos Senhores deputados. Antes porém, cumprimentou os presentes e agradeceu as palavras e desejos de melhoras que lhe foram dirigidas no período em que se encontrou doente.

A Senhora deputada Brigitte diz que é preciso construir o futuro. É precisamente isso que nós temos vindo a fazer Senhora deputada. Quem nos últimos anos, nomeadamente neste mandato, fez investimentos de requalificação e modernização das Termas de Chaves, superiores a dois milhões de euros; quem constrói um Balneário de raiz como fizemos em Vidago, com um investimento de cerca de dois milhões e meio de euros; quem constrói um Museu de Arte Contemporânea como o Museu Nadir Afonso, em que o Partido Socialista vem hoje aqui solicitar, e bem, que seja promovido e bem gerido, são obras que nos honram e dignificam a nossa cidade e o nosso Concelho.

De referir que ainda há pessoas afetas ao Partido Socialista a defender que aquele espaço, em vez de Museu, deva ser transformado num hotel.

A situação do Museu das Termas Romanas, já foi aqui explicada muitas vezes. Foi uma sorte a Câmara Municipal, de cujo executivo fiz parte, ao querer construir um Parque de estacionamento, descobrisse umas Termas Romanas. É um projeto que, por motivos alheios à nossa vontade, tarda a estar disponível ao público, apesar de já ser visitado. Efetivamente, mediante pedido prévio feito à Câmara Municipal tem sido visitado por grupos devidamente organizados, que em dia e hora combinados tem um técnico da Autarquia a conduzir a visita com a explicação do achado.

Apesar de não ter ainda condições para estar aberto diariamente, porque falta fazer a musealização e a extração do excesso de vapor de água, já tem sido procurado e



visitado. Devo referir que tem havido grupos de pessoas que vêm a Chaves com o propósito de visitar as nossas termas romanas.

Cidade de comércio como foi outrora. Independentemente daquilo que cada um de vós pense do investimento que está a ser feito, a verdade é que neste momento estão a ser investidos em Chaves mais de dois milhões de euros em área comercial. As grandes superfícies comerciais de Chaves atraem gente e para ter essa noção basta percorrer esses espaços para verificar a quantidade de cidadãos, nomeadamente espanhóis, que aí fazem compras.

Não são todas as cidades que, neste momento, podem dizer que tem dois milhões de investimentos em construção de mais área comercial. Isto não invalida que não se dinamize o comércio tradicional em parceria com a ACISAT e, claro está, com os próprios comerciantes que são os principais interessados.

Atratividade da cidade e recuperação do Centro Histórico. Haverá muitas cidades do interior do país que neste momento tem dois hotéis em construção no seu Centro Histórico? Apesar da crise, comparem hoje a prestação da hotelaria em Chaves com a da maior urbe de Trás-os-Montes e Alto Douro que é Vila Real; comparem o número de camas que tem Chaves com o número que tem Vila Real. Chaves continua a atrair gente.

A título informativo o Parque de Campismo do Rebentão este ano já teve mais de dez mil dormidas e isso significa atrair gente a Chaves.

Apesar de tudo parece-me que a hotelaria não está com razão de queixa. Tivemos fins de semana em que não havia uma cama disponível nos hotéis de Chaves.

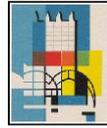
Como disse a Senhora deputada Manuela Tender, parece que a oposição se congratula quando descobre desgraças mas isto é um tique de posicionamento democrático da nossa sociedade. Quem está na oposição critica sempre quem está no governo ou no executivo, usando até as mais pequeninas coisas para o fazer.

Rio Tâmega. Nas redes sociais existem hoje imensos especialistas em ambiente. A fotografia que estamos aqui a partilhar foi tirada por volta do ano de 1920. Ainda não estava construído o paredão de proteção da margem direita do rio, como podem verificar. É uma fotografia que mostra um período de estiagem em que o rio tinha um caudal diminuto e onde se vê um grande areal, com crianças a brincar no meio. Nessa altura, as estações ainda eram normais; ainda não se verificavam alterações climáticas.

Como disse o Senhor deputado Manuel Cunha, e muito bem, não podemos desvalorizar as alterações climáticas; não podemos prometer fazer chover por muito que o desejemos. Eu não o faço.

Em 1920 ainda não estava construído o açude em Vila Verde da Raia que desvia parte significativa do caudal para regar a Veiga, deixando passar, apenas, o caudal ecológico. Também ainda não existia a barragem das Nogueirinhas, a barragem de Mairos e a barragem do Rego do Milho no Cambedo. Tudo isto, associado às alterações climáticas das últimas décadas dá o resultado que hoje temos.

Não é verdade que a água que entra em Portugal é tão limpa como aquela que atravessa Verin. Quando a água chega ao troço internacional na fronteira, em Vila Verde da Raia, já vem sem qualidade e por essa razão é que o Açude não pode ser uma praia fluvial.



Para aqueles que têm memória, em 1989, a campanha do Partido Socialista relativamente ao rio Tâmega, era a seguinte: «vamos acabar com o lameiro». Nessa altura o rio era verde porque com a diminuição da pluviosidade há deposição de inertes finos no leito que, com o calor, provocam o crescimento de erva. Então, tínhamos um areal quase sem água em 1920, tínhamos um lameiro em 1989 e hoje temos um espelho de água.

Como é que a água pode ter qualidade se o caudal que chega à zona da cidade é em quantidade tão diminuta?!

A água presa, com inertes em suspensão, provenientes da lavagem que é feita na fábrica de Oimbra/Espanha, com boas temperaturas, produz uma grande quantidade de algas. E não podemos confundir algas com plantas aquáticas porque a existência de muitas plantas aquáticas não é sinónimo de poluição. Pelo contrário. As plantas são importantes no ecossistema, para abrigo, desova, alimentação dos peixes, etc.

Em termos de tecnologia a solução do Tâmega passaria por grandes máquinas aspirando e filtrando a água e devolvendo-a ao rio, já limpa. Mas isso em termos orçamentais é incomportável. Ou colocamos os açudes em baixa e o leito do rio torna-se um lameiro, ou então todos os anos, no final do verão, temos a água do rio com pouca qualidade.

A poluição que as estações do ano vão resolvendo não será, verdadeiramente, poluição. Quando vem as chuvas levam as microalgas e todos os inertes à superfície; água recupera o seu estado normal.

Se fizermos baixar os açudes rebatíveis a cada dois dias, a película de microalgas vai deslizando e melhora o aspeto da água.

A poluição difusa gerada pelas populações aumentou. Há muitos anos, quando o Senhor José Pimentel jogava a bola no leito do Rio Tâmega e bebia a sua água, não havia redes de saneamento nas aldeias espanholas nem nas portuguesas, logo a poluição era muito menor, se bem que hoje, as linhas de água que desaguam no Tâmega, não trazem esses problemas.

No documento de orientações estratégicas que a Senhora deputada Manuela Tender referiu, e aproveito aqui para pedir os vossos contributos, estão referidas obras que serão feitas em 2016/2017. É o caso da ETAR para Vilarinho da Raia que já foi a concurso. Em breve vão a concurso as ETAR'S de Vilarelho da Raia e a de Vila Meã da Raia. Para além destas serão construídas ETAR'S em Mairos e Paradela de Monforte para substituir as fossas que foram construídas nestas redes de saneamento que, como todos sabemos, não tratam os efluentes como deve ser. De referir que todas as fossas que ainda existem serão substituídas por Mini ETAR'S, conforme consta do documento antes apresentado e isso significa que temos uma grande preocupação com o meio ambiente.

O emissário do Parque Empresarial também está para ser construído em 2016/2017 e se hoje ainda não está em concurso/execução, não é por falta de orçamento. É por falta de projeto. Esse projeto foi feito por técnicos do Município mas falta a parte referente ao estabelecimento dos direitos de passagem, que ainda está muito atrasado. Certamente os serviços tiveram outras ocupações e como devem compreender eu não tenho capacidade para coordenar cada um dos técnicos da Autarquia. É por essa razão que as Câmaras se organizam em estruturas, com Chefes de Divisão e Diretores de Departamento. Mas no que respeita a esta questão



eu estou numa posição complexa. Isto porque um dos membros desta Assembleia Municipal, sendo funcionário da Câmara é, por esse motivo, meu fiscal neste Órgão municipal e, relativamente a este projeto do emissário do Parque Empresarial, tem alguma responsabilidade. Por essa razão, certamente que está em melhores condições do que eu, para explicar os prazos, os atrasos e o porquê de tudo isso ter acontecido. Mas ficamos por aqui.

O *Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso* tem um projeto de viabilidade económica em que o horizonte de visitantes por ano é de cinco mil. Entendemos que esse horizonte não é muito ambicioso mas para começar não estará mal.

Como sabem o Museu esteve aberto à população, no dia 8 de Julho, de forma gratuita e os serviços estimam que tenha sido visitado por cerca de 4.500 pessoas. Depois disso fechou dois dias para limpezas e reabriu já com pagamento de entrada. Na parte restante do mês de Julho e no mês de Agosto foi visitado por 2.578 pessoas que vieram dos mais diversos pontos do país. O mês de setembro ainda não está contabilizado.

A Senhora deputada Brigitte disse na sua intervenção, que a promoção do Museu ainda não é a adequada, o que é verdade. Mas também é verdade que quando a Câmara Municipal entendeu construir o Museu, a gestão seria da Fundação Nadir Afonso. Como todos sabem no final da construção da obra, a Fundação declinou fazer a gestão e, perante essa decisão, a Autarquia teve de assumir essa responsabilidade, a expensas próprias porque tanto o edifício como a coleção do Mestre, disponibilizada pela Fundação, são demasiado valiosas.

O que não é possível é que de um dia para o outro a Câmara Municipal de Chaves tenha à sua disposição uma equipa técnica igual à que tem, por exemplo, a Fundação de Serralves, que recebe milhões de euros do Estado, para fazer a gestão do Museu. Não temos esses técnicos mas os que temos estão a esforçar-se muito e por isso deixo aqui os meus parabéns à equipa da Câmara que está a fazer esse trabalho. Está a fazer um enorme esforço, com muita dedicação e empenho, para que cada dia seja melhor.

Jardins. Dizer que a cidade de Chaves deixou degradar os seus jardins é um mito. Esse mito vem do desaparecido do Jardim das Freiras mas é bom lembrar que o projeto que lá está executado, mau ou bom, foi aprovado por um executivo liderado pelo Partido Socialista, do qual fiz parte, enquanto vereador da oposição, e nessa condição também votei favoravelmente aquele projeto.

Foi um projeto que esteve em inquérito público e foi aprovado por unanimidade. Assumo aqui a minha quota-parte de responsabilidade neste processo mas aqueles que tiveram maior responsabilidade, por que eram poder, devem assumir a sua e não tentar pôr-se de fora, dizendo que foi o PSD que fez, como se não tivessem nada a ver com isso. Quando o executivo PSD iniciou a obra, o jardim já tinha sido destruído e o que existia no espaço “Jardim das Freiras” era um enorme buraco, resultado de escavações arqueológicas, para implantar um parque de estacionamento. Esse buraco enorme foi tapado mediante um projeto elaborado e aprovado pelo executivo PS. É necessário ter memória e falar a verdade.

O Senhor deputado António Almeida está convidado a dirigir-se à Câmara, consultar o projeto que foi aprovado, também com o seu voto, já que era vereador e comparar com o que foi executado. Foi executado rigorosamente o projeto aprovado pelo



executivo socialista e eu, como atrás disse, também votei favoravelmente porque era vereador da oposição.

Os jardins da cidade mantêm-se e com a cor e o bom gosto de sempre à exceção de muito pequenas faixas em que se substituíram as plantas por materiais duradouros, por se tornar muito difícil a sua manutenção.

No Jardim público houve efetivamente uma alteração. No sítio onde hoje existe um terreiro, no correr dos edifícios, do lado esquerdo, houve uma série de canteiros. Com a alteração que foi feita, foi criado um espaço de caráter multiusos para ali promover a feira do pastel, manifestações de ordem cultural e religiosa e outras. Por essa razão, foram supridos alguns canteiros, mas foram criados outros.

Saíram os canteiros que existiam nesse terreiro e recuperou-se uma área onde antigamente existiu um Parque Infantil privado, que era pago, e onde, no pós 25 de Abril, foi construído um polidesportivo em asfalto, que estava muito degradado. Nesse espaço foi implantado um novo canteiro.

Mas o jardim foi valorizado porque a separação dos corredores com os canteiros eram em terra e hoje tem um lancil em granito a toda a sua volta. Também foi plantada uma grande quantidade de magnólias e camélias na zona de jardim mais formal (marginal à Avenida D. João I). O Jardim Público foi valorizado e muito.

Guias turísticos. A Senhora deputado Brigitte sugeriu que se arranjem guias turísticos para acompanhar os grupos de visitantes mas isso já é feito. Sempre que um grupo organizado vem a Chaves e pede apoio à Autarquia, é disponibilizado o respetivo guia turístico que acompanha os grupos aos locais de visita.

Há quem entenda que tudo deve ficar na esfera da função pública. Que o setor público deve assumir tudo e disponibilizar tudo. Deve ter guias turísticos, animadores culturais, etc.; quando um privado fecha um espaço cultural, o setor público deve comprá-lo e colocá-lo ao serviço do público – caso do Cine -Teatro.

Existe em Chaves um espaço, que durante muitos anos foi uma referência de peso em termos culturais, e ninguém fala nele. É o edifício dos “Canários” na Rua do Correio Velho, que tinha uma maior utilização popular do que o Cine Teatro, onde se realizavam inúmeros eventos culturais como peças de teatro, concertos, ensaios, etc. Recordo que ensaiei ali peças de teatro, nos meus tempos de liceu.

Este edifício foi vendido quando o executivo socialista estava na autarquia e podia tê-lo comprado como fez com o antigo Cine-Teatro e tê-lo reabilitado como teatro, de escala mais pequena, mas simpática.

Quando um privado, por razões económicas desiste, não queiram que o setor público assuma tudo. Se deixou de ser viável para o privado, também será inviável para o setor público.

Para quem não sabe, na cidade de Chaves há uma empresa privada de guias turísticos, a “Living Chaves” que organiza a vinda de grupos, contrata o hotel, leva-os aos restaurantes, aos museus, aos monumentos e disponibiliza-lhes animação.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor deputado José Pimentel sobre o Hospital devo informar que o Conselho de Administração, apesar de no início ter tido uma postura diferente, depois de todo este tempo, verifica-se que o que ficaram foram promessas. As concretizações foram zero.



O Senhor deputado Manuel Cunha disse, e bem, que o próximo ano pode ser bem pior, por razões financeiras; certamente foram já as razões financeiras que levaram o nosso hospital à situação em que se encontra.

A verdade é que se os governos são diferentes são-no nas preocupações que demonstram ter para com a sociedade, e se este governo é diferente, teria de poupar numa outra área qualquer da governação, para recuperar o setor social saúde e não o deixar degradar. Isto significa que se não o faz por razões financeiras, é porque não o faz por opção, porque o dinheiro não é menos do que era no passado. É o mesmo ou até será mais.

Há coisas tão simples no nosso hospital que não dá para entender. No dia 24 de dezembro de 2015, acompanhei o Senhor Secretário de Estado da Saúde em visita ao hospital de Chaves. Nessa ocasião tive a oportunidade de lhe expor uma situação que, em meu entender, é absolutamente caricata. Há uma médica que exerce funções no nosso hospital mas que não pode dar ali consultas. Faz o seu trabalho no dia-a-dia mas para dar consultas tem de ir a Vila Real. E não vai por precisar de meios auxiliares de diagnóstico, específicos do centro hospitalar, porque se assim fosse até seria entendível. Vai a Vila Real porque é lá que tem de ver os exames dos doentes e passar-lhe a receita dos medicamentos que devem tomar. Só isso. Será que esse serviço não poderia ser prestado em Chaves num gabinete com uma cadeira e uma secretária, poupando a deslocação quer da médica quer dos doentes até Vila Real? De referir que por vezes é a própria médica que transporta os doentes na sua viatura pessoal o que é absolutamente inacreditável. A verdade é que passados nove meses a situação continua rigorosamente igual e isto acontece porque a diretora clínica da especialidade não quer que o Hospital de Chaves seja valorizado e o Conselho de Administração permite que isto aconteça.

Reafirmo mais uma vez, porque é minha profunda convicção, que enquanto o nosso Hospital estiver integrado no Centro Hospitalar, vai definhar cada vez mais.

O Hospitalar de Chaves está absolutamente em crise e só funciona porque os médicos que ali trabalham, são simpáticos. Se todos os médicos que pela idade já não são obrigados a fazer urgências, se recusassem a fazê-las, deixaríamos de ter urgência médico-cirúrgica em Chaves porque não tínhamos cirurgiões suficientes; não tínhamos ortopedistas suficientes, não tínhamos médicos na medicina interna, suficientes. Aliás, verdadeiramente, já não temos uma urgência médico-cirúrgica porque a pediatria não tem urgência durante a noite. Se os médicos deixarem de ter boa vontade o Hospital para e passa a uma urgência básica. O Conselho de Administração até hoje nada fez para alterar esta situação.

A médica a que atrás me referi está na contingência de ir embora porque não lhe criam a vaga em Chaves e a tudo isto o Conselho de Administração não diz nada. Continua a não ter interesse em valorizar o Hospital de Chaves.

A Unidade Local de Saúde poderá não ser grande coisa mas dá-nos autonomia. Assim estamos completamente manietados por Vila Real.

O Senhor deputado Manuel Guerra colocou várias questões. Rivelas. O Rivelas nunca teve caudal de estiagem. Seca sempre no verão. Para manter o Rivelas com o aspeto adequado teríamos de ter uma equipa a fazer ali a limpeza frequentemente, como se faz com a relva num relvado, até porque as ervas que ali crescem não lhe



conferem qualquer tipo de poluição. Se aparece lixo doméstico, plásticos etc. é porque as pessoas o depositam.

É triste um Presidente de Câmara dizer que uma cidade limpa é aquela que os cidadãos não sujam, mas é a verdade. Nos países do centro da Europa, que nos servem de referência, os cidadãos não depositam lixo na rua. Se o contentor está cheio recolhem o seu saco de lixo e depositam-no no dia seguinte quando o contentor já está vazio. Somos bons cidadãos mas em termos de atitude cívica ainda precisamos de aprender e melhorar muito, não só no que respeita ao ambiente, mas também em muitas outras áreas da nossa sociedade.

O *Castro de Curalha* tem vindo a ser limpo quer pela Câmara, quer pela Junta de Freguesia com quem já foram feitos protocolos para a sua limpeza e manutenção. Essa limpeza traduz-se no corte dos arbustos e mato que ali cresce constantemente. A verdade é que no que toca a património cultural nenhum governo foi capaz de dar mais autonomia às câmaras municipais.

Em Bustelo há um património que não reúne consenso quanto à sua classificação. Há quem diga que é um castro, há quem diga que é um castelo roqueiro.

A Autarquia como tem arqueólogos disponíveis, pediu autorização, por três vezes, para fazer escavações e perceber o que é na verdade, para o valorizar. O IGESPAR não autoriza que a Câmara, com um arqueólogo devidamente habilitado, faça esse trabalho, alegando ser um trabalho científico. Dessa forma aquele património vai ficar ali, com o pinhal a destruí-lo gradativamente e nunca saberemos o que realmente é.

Outeiro Machado está igual segundo o Senhor deputado Manuel Guerra. A verdade é que não temos condições, quer em termos de recursos humanos quer de disponibilidade orçamental, que nos permita resolver tudo o que faz falta. No documento de Orientações Estratégicas apresentamos uma candidatura que pode ter duas vertentes; uma de âmbito cultural ou ambiental e a outra de promoção dos produtos económicos, e se for aprovada haverá condições para valorizar esse património cultural.

Quanto aos depósitos de terra na avenida Infante de Bragança está a decorrer o respetivo processo de contraordenação. Aguardamos o seu desenvolvimento para tomar as medidas a aplicar.

Trânsito em Valdanta. Vamos analisar a sugestão que apresentou, mas a verdade é que não podemos encher as nossas estradas de lombas e rotundas porque o excesso de velocidade é uma questão de falta de civismo e falta de respeito pelos outros.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro trouxe aqui um conjunto de preocupações, algumas de grande alarmismo.

Disse que a água das Termas de Chaves, segundo informação de um organismo, não teria qualidade. Nas situações de maior rigor, não devemos falar por meias palavras e devemos saber qual foi a entidade que lhe prestou essa informação para poder questioná-la e pedir-lhe que nos sejam disponibilizadas as análises onde isso é referido.

A água das Termas de Chaves nunca teve problemas. Uma água que brota a 70 graus não tem qualquer problema bacteriológico. O que aconteceu nas Termas de Chaves foi que os aparelhos do setor de inalações não foram devidamente instalados pela empresa responsável e surgiram alguns problemas. Logo que foram detetados,



o setor foi fechado e só reabrirá depois de feitas as necessárias correções. As Termas de Chaves prestam serviços demasiado sérios para permitir situações de negligência e não podemos por em causa o seu bom nome.

As Termas de Vidago funcionaram com normalidade entre os dias 17 de junho e 7 de setembro. Os serviços que fazem a análise da água, diariamente, em 7 de setembro, detetaram que o nosso fornecedor não nos estava a fornecer água de qualidade. Suspendemos de imediato a utilização da água mineral no balneário de Vidago e, a partir dessa data, está a funcionar apenas nas áreas que não é necessária a utilização de água mineral.

O Ex Balneário onde hoje é o Centro de Congressos do Hotel Palace, segundo fui informado, nunca teve água mineral. Funcionou sempre com água da rede. O SPA do hotel utiliza água mineral.

A solução passa por receber água mineral de qualidade do nosso fornecedor ou então trataremos de a ir captar. Como sabem a concessão à empresa Vidago Melgaço e Pedras Salgadas existe apenas para o engarrafamento. Para utilizar a água mineral no balneário termal a Câmara pode fazer um furo e auto abastecer-se. Esta questão já foi por mim colocada na Direção Geral de Geologia e Energia, onde me foi dito para apresentar um projeto para execução de um furo, que será aprovado por aquela entidade. Desejamos que o nosso fornecedor nos forneça água com qualidade, mas se o não fizer, faremos um furo, trataremos a água devidamente e passaremos a abastecer o balneário dessa forma, sem qualquer problema.

O Senhor deputado Nuno Vaz fez ainda um conjunto de perguntas que, como bem disse, não tenho condições de responder a todas de imediato, apesar de entender que algumas já foram respondidas. De qualquer maneira será dada a competente resposta a todas.

Agradeço à Senhora deputada Manuela Tender a exposição que fez sobre a versão preliminar do documento de Orientações Estratégicas e peço mais uma vez, que me façam chegar as vossas sugestões para que o documento definitivo possa vir à Assembleia Municipal de Dezembro, devidamente orçamentado.

O Senhor deputado Manuel Cunha além do Rio Tâmega, de que já falei, referiu a crise e aqueles que sofreram mais com ela. Efetivamente são os pobres os que mais sofrem com as crises e disso ninguém tenha a menor dúvida.

Em Chaves, ao nível social, o executivo municipal implementou o cartão de famílias numerosas, ao qual as famílias de etnia cigana também têm acesso e isso significa que houve preocupação a esse nível. Ao alargar o apoio no prolongamento de horários, à generalidade dos Jardins-de-infância do concelho, também estamos ajudar as famílias que mais precisam.

Partilho da preocupação do Senhor deputado e acho a sua sugestão muito simpática quando diz que devia haver uma atenção diferente, mais assertiva, em ralação à comunidade de etnia cigana. Os serviços sociais da autarquia devem envolver e responsabilizar os líderes desta comunidade para que não aconteça o que habitualmente acontece.

Estamos, neste momento, a auxiliar uma família de etnia cigana que necessita de ser alojada e um familiar, que vivia em Famalicão, mudou-se há quinze dias para Chaves e já veio à Câmara dizer que se arranjam casa ao irmão ele também quer uma para ele. E isso é um grande problema. Cuidarmos daqueles que estão cá radicados



é mais fácil, mas se depois de resolvida essa situação vem muitos mais, certamente que o problema não se resolve. Agrava-se.

Existe ainda o fator discriminatório que todos conhecemos. Os cidadãos de etnia cigana não são bem aceites no seio da sociedade e quando lhe proporcionamos alojamento os vizinhos protestam porque não os querem no seu entorno. Infelizmente isso ainda acontece e muito.

O Senhor deputado Higino Silva referiu que a Estrada Municipal 507 se encontra em mau estado de conservação, o que é uma realidade.

Como sabe houve alteração às regras dos quadros comunitários de apoio e quando os municípios de Chaves e Montalegre estavam alinhados para valorizar esta via, o atual quadro comunitário de apoio deixou de financiar este tipo de obras. Perante isso a Câmara Municipal vai proceder à requalificação da estrada com verbas próprias.

O troço de acesso a Soutelinho da Raia vai ser melhorado a breve trecho, com a reposição de uma passadeira/lomba, que cumpra as regras e com a construção de uma rotunda no cruzamento de acesso a Montalegre. A obra vai ser entregue ao empreiteiro que ganhou o concurso.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – pediu a palavra para direito de resposta.

Disse que quando ouviu a intervenção do Senhor deputado Higino já sabia a resposta do Senhor Presidente da Câmara porque no quadro das obras já vem a adjudicação dessa empreitada.

Pergunto se não faria sentido, com um investimento de duzentos ou trezentos mil euros, tentar fazer a ligação entre o Cemitério de Soutelinho e a Ponte da Açoreira?

A ponte foi financiada por fundos comunitários do Programa INTERREG e pela Câmara Municipal de Montalegre, e eu pergunto se não faria sentido fazer a ligação desses quatro quilómetros que faltam para que aquela obra de arte não fique ali esquecida?

As linhas orientadoras deste quadro de fundos comunitários foram aprovadas pelo governo PSD, com o Ministro Poiares Maduro.

“Ouvimos o Senhor Presidente durante muito tempo, que aproveitou todas as explicações para dar respostas que não lhe foram pedidas.

A nossa preocupação sobre as Termas é genuína. Não é quanto pior, melhor. É quanto melhor, melhor porque entendemos que as Termas são fundamentais; são essenciais para este concelho e para esta cidade. E a minha preocupação é genuína porque tenho na minha mão cópia de análises feitas em Junho e Julho às termas de Vidago e já nessa altura havia problemas. Não foi só em setembro. É importante que se apure isso e o desafio que lanço é: em vez de dizer quem é que me disse, numa lógica de transparência, me seja facultada consulta aos boletins de análises das Termas de Vidago, desde a sua abertura até ao presente e, nas Termas de Chaves, desde o início de ano, até ao presente. Depois sim, acredito na sua palavra. Até lá permita-me que duvide”.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse não lhe parecer que houvesse lugar a direito de resposta, por parte do Senhor deputado Nuno Vaz, uma vez que está em análise a informação prestada pelo Presidente da Câmara sobre a atividade municipal.

A primeira questão, sobre a estrada municipal 507, foi colocada pelo Senhor deputado Higino Silva e o Senhor deputado, na sua intervenção, apenas faz afirmações.



Devo dizer que não estou preocupado que o Senhor deputado não acredite na minha palavra. O que eu quero e desejo é que a generalidade dos flavienses acredite. Foi o que aconteceu nas últimas eleições e farei tudo para que nas próximas volte a acontecer o mesmo.

Gostava que o Senhor deputado me pudesse fornecer fotocópias dos boletins de análise que tem na sua mão, para eu perceber qual é o serviço público, local, que lhe fornece informação/documentos, que não deve fornecer. Estou preocupado com a sua afirmação sobre a qualidade da água, que vou verificar de imediato. Entendo, no entanto, que o dever de um funcionário público é manter sigilo no que respeita a documentos internos, que estão em tramitação e não deve trazê-los para a rua.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – pediu a palavra para apresentar um protesto.

“Parece que o Senhor Presidente da Câmara está mais preocupado com o mensageiro do que com a mensagem. E a mensagem é qualidade da água termal”.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A ata número três, referente à sessão ordinária realizada no dia 29 de junho de 2016, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro fez as seguintes retificações à ata: Página número 10, quarto parágrafo quando se diz «mas deixo duas notas», deveriam ser enumeradas as notas, primeira e segunda nota.

No final, antes da intervenção do Senhor deputado Manuel Cunha diz «num distrito que esteve até agora sem autoestrada e seja» o e tem de ser eliminado.

Na página 12, na minha intervenção, disse Manuela e não Manuel.

Na página 18 faço várias perguntas e faltam os respetivos pontos de interrogação.

Na página 25 é «por ventura»

Na página 47 faço uma intervenção no sentido de responder a uma intervenção do Eng.º Carlos Afonso de Moura Teixeira e não se percebe a minha resposta porque o que está aqui não tem muito a ver com o que foi dito.

O que foi dito na altura pelo Eng.º Carlos é que ia fazer uma pedagogia sobre aquilo que eram medidas de suspensão e nós estávamos a falar, não de suspensão, mas de medidas preventivas”.

Posta à votação foi aprovada com 49 votos a favor, com 4 abstenções por não participação na última sessão.

Foram feitas as retificações pedidas.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA CIM.

– O 1º Secretário da CIM, João Gonçalves Martins Batista cumprimentou os presentes e disse que esta espera de três horas lhe permitiu perceber algum azedume.

“Como sempre conduzi a minha vida por princípios e sempre adotei o de alguém que dizia: «não sei qual é a chave do sucesso, mas sei qual é a do insucesso. É tentar agradar a todos». Já percebi que não agradei a todos mas a memória de quantos passeiam nas margens do rio Tâmega, que visitam este edifício onde agora estamos, que visitem a Biblioteca Municipal, o Centro Escolar, o Centro Histórico, as entradas e saídas da cidade, e muitos outros locais, certamente que essa memória supera qualquer azedume individual que possa continuar a existir”.



Respondendo ao Senhor Dr. Nuno Vaz Ribeiro, efetivamente, por lei, quem deveria estar aqui a prestar a informação da atividade desenvolvida no âmbito da CIM era o Conselho Intermunicipal, na pessoa do seu Presidente. A verdade é que vem sendo hábito delegar essa tarefa no Secretariado Executivo, nomeadamente no 1º Secretário. Também é hábito pedir às assembleias municipais autorização para prestar essa informação logo no período antes da ordem do dia, no início da sessão. No que diz respeito à informação escrita, vou propor ao próximo Conselho Intermunicipal para que de futuro seja enviada com a devida antecedência, uma vez que é o Órgão que gere a Comunidade Intermunicipal.

Costumo enviar a informação escrita posteriormente às sessões das respetivas assembleias, é uma questão de passar a enviá-la antes.

Em qualquer circunstância, que reafirmar que tudo aquilo que geri ao longo da minha carreira, foi sempre por voto, nunca foi por nomeação e foi sempre devidamente sancionado pelo Tribunal de Contas, através das competentes auditorias, incluindo à Câmara Municipal de Chaves.

Em seguida fez a apresentação do documento dizendo:

Tendo em conta que no ano de 2014 (primeiro ano de atividade da CIM-AT), o grande desafio foi elaborar, apresentar, validar e divulgar a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT-AT), tanto no plano interno como no plano externo, o que aconteceu com reconhecido sucesso – lembramos que tal documento é público, referência fundamental para o investimento no território do AT, estando disponível no site da CIM-AT;

Considerando que o ano passado a prioridade foi a elaboração, apresentação, validação e assinatura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT-AT), o principal meio de implementação no terreno da Estratégia atrás referida, do qual demos pormenorizado conhecimento há sensivelmente um ano nesta Assembleia. Lembramos que nas 11 prioridades de Investimento que constam no Pacto assinado, estão garantidos 45,5 milhões de euros de Fundos Comunitários (que suportam mais de 50 milhões de euros de investimento total).

Sublinhamos garantidos porque essa verba não é concorrencial, está definitivamente alocada no AT.

Montante proveniente do PO Norte (38,7 milhões), PDR (4,7 milhões), PO SEUR (600.000€) e do POISE (1,5 milhões) e distribuídos pelos Municípios segundo a fórmula consolidada: 9% para Boticas, 32% para Chaves, 18% para Montalegre, 8% para Ribeira de Pena, 17% para Valpaços e 15% para Vila Pouca de Aguiar.

Acrescentamos que o valor assegurado para o AT corresponde a cerca de 11% do total disponível para a Região Norte, sendo que o Alto Tâmega, correspondendo a 13,5% do território, representa apenas 2,6% da população. Para atingir tal “performance” trouxemos outras variantes à discussão, com destaque para o índice de envelhecimento (2,5 vezes superior à média da Região Norte), níveis de escolaridade substancialmente abaixo da média, menor percentagem de população ativa e muito menor densidade de empresas (5 vezes menor que a média); apesar da também menor taxa de desemprego, melhores indicadores turísticos e balança comercial positiva.



Cumpra, este ano, dar nota da operacionalização do Pacto, de outras candidaturas conjuntas dos Municípios que acrescentam mais fundos de investimento para o Alto Tâmega, bem como de outras ações relevantes.

1. Operacionalização do PACTO:

Antes de dar a conhecer o ponto da situação de cada uma das prioridades de Investimento que estruturam o PDCT-AT, torna-se pertinente informar que a CIM-AT foi constituída como Organismo Intermédio perante a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, entidade que gere os Fundos Comunitários a nível Nacional.

Isto quer dizer que nas Candidaturas apresentadas no âmbito do Pacto, e em que a CIM não é entidade beneficiária, a CIM é Autoridade de Gestão, o que significa que faz a análise da elegibilidade das Candidaturas dos Municípios ou outras entidades beneficiárias, bem como dos respetivos pedidos de pagamento, assim como acompanha a Concretização das Operações.

Esta atividade estende-se ao PEDU de Chaves.

A gestão e coordenação ficam a cargo do Secretariado Executivo, tendo sido criadas três unidades técnicas, na sequência da necessária segregação de funções: admissão e análise de candidaturas, análise de pedidos de pagamento e acompanhamento das candidaturas. Secretariado e técnicos adstritos a estas funções participaram, durante o mês de junho, em formação específica para o efeito.

Ponto de Situação

Prioridade de Investimento.

a. P.I./2.3 – Modernização Administrativa – O período de candidaturas decorre até 31 de dezembro próximo. Os Municípios são beneficiários e já foram realizadas várias reuniões tendo em vista a coordenação, compatibilização e complementaridade nos objetivos a alcançar. Estão disponíveis 2,3 milhões de euros para criar redes de serviços partilhados que permitam aumentar, efetivamente, a capacidade de acesso dos cidadãos à informação e utilização de serviços “on line”. Está em causa o reforço da capacidade institucional e a eficiência da Administração Pública. As TIC têm de se constituir fator de desenvolvimento, não obstáculo ao mesmo.

b. P.I./3.4 – Com 4,7 milhões de euros disponíveis, tem duas componentes: Regadios Tradicionais (3,2 milhões) e Segurança de Barragens (1,5 milhões).

Esta última componente é responsabilidade do Ministério da Agricultura e os beneficiários da recuperação de Regadios Tradicionais são as Juntas de Agricultores. Segundo informação da Direção Regional de Agricultura, o aviso de Candidatura será publicado este mês.

c. P.I./4.3 – Eficiência Energética – Estão disponíveis 7 milhões de euros, também em duas componentes – Edifícios Públicos e Iluminação Pública. Os Municípios são os únicos beneficiários.

Ultrapassadas algumas questões relacionadas com exigências da União Europeia, aguardamos para breve a abertura do período de candidaturas. Os Municípios conhecem a proposta de Aviso a publicar, publicação que certamente acontecerá durante o corrente mês.



d. P.I./5.2 – Proteção Civil – É a prioridade com menos disponibilidade – 600.000€ (500.000 para os Municípios e 100.000 para a CIM). A primeira fase de Candidaturas terminou a 8 de agosto.

Apresentaram candidaturas a esta fase, os Municípios de Boticas e Valpaços. Aguardamos a abertura da segunda fase para apresentar as restantes. Os Municípios concorrem para limpeza de acessos e a CIM para revisão dos Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil, com articulação intermunicipal e respetiva cartografia de risco.

e. P.I./8.3 – Criação de Emprego por conta própria – Estão disponíveis 7,2 milhões de euros para o efeito. Aguardamos instruções do Governo.

f. P.I./8.8 – Apoio a Empresas – Disponibilidade de 2,2 milhões de euros. Aguardamos indicações do Governo.

g. P.I./9.1 – Contratos de Emprego/Inserção – Disponíveis 8,1 milhões de euros. A entidade beneficiária é o IEFP. Os Municípios têm conhecimento da proposta de Aviso a publicar. Aguardamos decisão final.

h. P.I./9.4 – Apoio a Idosos, excluindo infraestruturas – Disponibilidade de 1,3 milhões de euros. Entidades beneficiárias são os Municípios ou entidades por eles indicadas. Já enviamos toda a informação solicitada pela Unidade de Gestão do PO ISE. Aguardamos a publicação do aviso de abertura do período de candidaturas.

I. P.I./9.7. – Infraestruturas Sociais – O Pacto disponibiliza 2,7 milhões de euros nesta prioridade. As propostas estão elencadas, aguardando-se a aprovação da tutela e a consequente publicação do aviso de abertura do período de candidaturas.

J. P.I./10.1 – Promoção do Sucesso Educativo - Disponíveis 4,3 milhões de euros. Seguindo uma linha de atuação que sempre se considerou a mais adequada, reunimos mais que uma vez, Direções de Agrupamentos de Escolas e responsáveis municipais de educação, para apresentar propostas concertadas, no sentido de melhorar as aprendizagens tendo em vista o sucesso dos alunos.

Os Agrupamentos de Escolas apresentaram ao Ministério as suas propostas, que estão a ser validadas. Haverá nova reunião conjunta para que os Municípios, beneficiários nesta prioridade, possam avaliar as verbas a aplicar após a publicação do aviso (que se aguarda) de abertura das candidaturas para esse efeito.

I. P.I./10.5 – Infraestruturas Escolares – disponíveis 5,1 milhões de euros. A apresentação de candidaturas termina em 31 de outubro, próximo.

Os Municípios são os únicos Beneficiários.

2. Outras Candidaturas apresentadas pela CIM em 2016:

2.1- Rede de Ecovias Minho – Tâmega – Douro / Ecovia da Água

Candidatura no âmbito do INTERREG V A (POCTEP 2014-2020), que no caso do AT apresenta um investimento elegível de 10,8 milhões de euros. Esta candidatura foi apresentada em parceria com a CCDRN, a CIM do Douro e a Deputacion de Ourense. Já ultrapassou as primeiras fases de seleção. Aguardamos a decisão final. O financiamento é a 75% e o total da candidatura ascende a 23 milhões de euros (11 milhões/CIM Douro e 1 milhão/Ourense).

2.2- Qualificação, modernização, Inovação e Promoção da Rede das Áreas de Acolhimento Empresarial do AT – Candidatura elaborada pela CIM e apresentada em parceria com a EHATB. O valor total elegível ascende a 11,5 milhões de euros e os beneficiários são os Municípios.



Segundo informação da CCDRN, o Governo chamou a si a análise e decisão final, que aguardamos.

2.3- Ações Coletivas (3) –

- a) Programa de apoio à definição de estratégia de internacionalização e abordagem a mercados prioritários para os produtos endógenos da região do Alto Tâmega (146.751,35€).
- b) Programa de atração e fixação de empreendedores no Alto Tâmega (469.452,50€);
- c) Programa de apoio ao reforço da competitividade das PME's do setor florestal (469.516,40€).

Esta candidatura já foi aprovada na totalidade.

A CIM tem 24 meses para a executar. O tempo começou a contar em 19 de agosto passado. Total: 1.085.720,25€.

2.4- PROVERE (Estratégia de Eficiência Coletiva) – Candidatura apresentada em Parceria com a ADRAT. Os beneficiários são os Municípios. Os objetivos são 3: Preservação das Características Ambientais do Território; Valorização e Promoção dos Produtos Territoriais; Consolidação de uma Cultura Histórica Territorial. Água, Natureza e Património são elementos de suporte na Valorização e Promoção do Território. O valor total elegível da candidatura é de 8,4 milhões de euros. As negociações que decorrem permitem concluir que a aprovação poderá fixar no AT cerca de 5 milhões de euros.

2.5- Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) – Aprovado. Garante para o AT 2,3 milhões de euros de Investimento total.

Beneficiários são os Municípios (com exceção de Chaves) e a CIM (300.000€). Três notas explicativas necessárias:

O PAMUS é peça-chave a nível de NUT III para planeamento do sistema de mobilidade e transportes. Constituiu-se referência necessária na elaboração do PEDU de Chaves e dos PARU dos restantes Municípios;

Chaves não tem acesso a verbas pelo PAMUS porque para o mesmo efeito tem verbas no PEDU;

A verba adstrita à CIM tem em vista suportar custos adjacentes à transferência de competências decorrente da Lei e em análise na Ordem do Dia desta Assembleia.

3.Outras Informações Relevantes

3.1- Concluimos o trabalho que se traduz numa Proposta de Articulação dos Serviços Municipais de Proteção Civil no AT, de modo a que com recursos disponíveis atualmente possamos ter mais eficiência no combate e sobretudo na prevenção de incêndios;

3.2- Capacitámos a CIM-AT, com um sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações, sistema já testado, que deu suporte à Proposta de Cursos de Formação Profissional para o ano letivo que agora inicia.

O SANQ foi desenvolvido em três eixos:

- Informação estatística sobre as dinâmicas recentes do Mercado de Trabalho no AT;
- Informação de base quantitativa sobre perspectivas de evolução da procura de Qualificações;
- Informação de base qualitativa sobre esta mesma evolução na procura de Qualificações.



Informação oficial que pagamos para adquirir nos diversos organismos nacionais, para além de inquéritos aos empregadores, análise de ofertas de emprego “on line” e outras intenções de recrutamento.

Foram realizadas reuniões presenciais com empregadores (para além dos referidos inquéritos), com os Agrupamentos de Escolas, com os Municípios e outros agentes por estes apontados, nomeadamente o IEFP, a ACISAT e a ADRAT.

3.3- Continuámos, em 2016, a proporcionar formação para colaboradores dos Municípios em áreas fundamentais de gestão por estes, solicitada.

3.4- Temos vindo a fortalecer, como é visível, as parcerias com a ADRAT, ACISAT, outras CIM, Universidades e Politécnicos, tendo em vista o desenvolvimento das pessoas e do território.

3.5- Elaborámos e demos execução, em tempo, a todas as propostas aprovadas em Conselho Intermunicipal ou solicitadas pelos Municípios.

Duas dessas propostas estão presentes nesta Assembleia, sendo as únicas que carecem de aprovação deste Órgão Autárquico.

3.6- Mantivemos contactos, em representação dos Municípios, com Entidades Externas, nomeadamente, DGEstE, CNCFS, ANQEP (SANQ), IEFP (Porto), AICEP, TPN, E ACES, para além dos Ministérios da Justiça, Ambiente, Planeamento, Saúde, Educação e Secretarias de Estado das Autarquias Locais e Comunidades.

3.7- Antes de concluir esta informação, dou nota a esta Assembleia que a CIM apresentará até dezembro, Candidaturas à Assistência Técnica, Planeamento em Alterações Climáticas, Parque Imaterial do AT e no âmbito da Carta de Compromissos em 4 áreas – Empreendedorismo Social, Marketing Territorial, Transferência de Tecnologias (Agroalimentar) e Formação.

3.8- A concluir uma referência para o apoio prestado às candidaturas que entidades públicas ou privadas do território entendem apresentar. O desafio que a todos se nos coloca é de mobilização e participação ativa na tarefa comum: continuar a fazer do nosso espaço territorial um lugar atrativo e agradável para viver, trabalhar e apreciar.

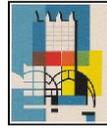
Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – Disse que era importante ter previamente esta informação para poder formular algumas questões e colocar dúvidas, porque esta matéria, em seu entender, é tão complexa, tem tantas siglas, tantas designações de programas, tanta informação, que mesmo quem já faz algum esforço para ir acompanhando estes assuntos, tem dificuldade.

Daí a necessidade, na minha perspetiva, da obrigatoriedade regimental de haver um documento prévio sobre o qual nos possamos pronunciar e colocar algumas questões, sempre no intuito de ser esclarecidos. Queremos ter informação do que é desenvolvido no espaço CIM e sobretudo a informação que é gerida a nível do Órgão de gestão da CIM. Esperamos que da próxima vez possamos ter algo mais a dizer.

Foi enunciado um conjunto de candidaturas e eu pergunto se existe alguma em que já haja execução física e execução financeira. Quais e em que percentagens ou montantes?

O 1º Secretário da CIM, Senhor Dr. João Batista respondeu que segundo informação colhida junto dos municípios, se prevê que até ao final de 2016 entre em obra investimento no valor de três milhões de euros, em todo o Alto Tâmega. Há apenas um município que não vai ter nenhuma obra a decorrer, até ao final do ano,



porque não tem nenhuma preparada para entrar em execução. Chaves tem duas obras que entraram em execução até ao final do ano; Montalegre tem duas obras nas mesmas circunstâncias; Vila Pouca de Aguiar também está com duas obras para iniciar; Valpaços também tem duas obras sendo que uma já se iniciou.

Neste momento há apenas uma obra em execução num Município, o seu valor total é de novecentos mil euros e desconheço o valor executado até ao momento.

2017 será um ano cruzeiro porque muitas das obras comparticipadas terão de atingir determinado grau de realização até 31 de dezembro de 2018.

Em seguida o 1º Secretário da CIM prestou a seguinte informação sobre a delegação de competências dos municípios para a Comunidade Intermunicipal, no âmbito do serviço público de transporte de passageiros.

Como sabem a lei que regia os transportes no país, a chamada RTA – Regulamento de Transporte de Automóveis - vigorava desde 1948, com algumas adaptações. Entretanto Portugal foi obrigado a transpor para a lei nacional uma diretiva comunitária de 2007, que diz que a discussão e a decisão dos transportes têm de ser descentralizadas. Sendo próxima dos utilizadores é melhor para os cidadãos porque há mais concorrência e mais transparência.

Perante essa obrigatoriedade o Governo aprovou a Lei 52/2015, de 9 de junho, que traduz a diretiva comunitária para o âmbito nacional. A referida lei divide aquilo que tem de se fazer, em dois períodos. Um transitório que terminou a 30 de junho de 2016 e o definitivo que irá terminar a 3 de dezembro de 2019. Tudo tem de estar preparado um ano antes, ou seja a 3 de dezembro de 2018.

Neste período transitório, teve de se decidir quem validava a informação que as operadoras colocam nas plataformas (as paragens dos autocarros etc.). Essa validação foi solicitada pelos Senhores Presidentes de Câmara à CIMAT, que dispõe de dois técnicos com formação nessa área. A seguir é definir qual é a opção da autoridade de transportes, sendo que, desde que um autocarro circule entre dois municípios já tem de ser obrigatoriamente a CIM a autoridade de transportes. No Alto Tâmega, com exceção de Chaves, não havia nenhum município que tivesse transportes urbanos só dentro do seu território e, por essa razão, o Município de Chaves continua a ser autoridade nessa matéria.

Em termos de futuro a lei obriga a que todas as localidades com quarenta ou mais habitantes tenham todos os dias um transporte de ida e volta, para a sede do concelho. Essa razão levou a que todos os municípios que até aqui não tinham transportes urbanos dentro da sua área geográfica passem a ter, passando assim, para a escala intermunicipal. Isto porque o trabalho, no âmbito do Plano de Mobilidade e Transportes será, mais eficiente e provavelmente mais económico se for feito a nível intermunicipal. Assim, o Município de Chaves transfere para a CIM a competência para se apurar a necessidade de transporte flexível, a pedido, porque no âmbito da Comunidade já existem três áreas coerentes de mobilidade. Uma nas áreas urbanas consolidadas como é o caso de Chaves, outra são os corredores interurbanos entra sedes de concelho e a outra são as zonas rurais.

Para a CIM transfere-se o planeamento, regulação, monitorização e fiscalização dos sistemas de transportes públicos (não tem a ver com transportes escolares), concessão e contratação de serviços regulares e não regulares e a gestão de mobilidade e transportes, de acordo com as áreas que referi.



A lei do transporte flexível foi publicada no passado dia 8 de setembro em curso, que permitirá envolver também os táxis, como acontece noutras CIM do país. A que tem uma tradição mais antiga é a CIM do Vale do Tejo, onde nos deslocámos para saber como funciona.

Haverá uma central para pedidos. Em determinada linha, por exemplo Segirei, há 4 pessoas que pretendem vir à cidade. Ligam para a central que envia um carro e cada pessoa paga o equivalente ao que pagaria num transporte regular sendo o restante pago pelo Município/CIM ao transportador. Nestes casos como é flexível o transporte só vai se for pedido. O que se pretende desta forma, é servir melhor as pessoas.

O que o Município de Chaves transfere como competência para a Comunidade Intermunicipal é a possibilidade de fazer os respetivos estudos no terreno para saber como vamos implementar este novo sistema de transportes, imposto pela Lei 52/2015, até 3 de dezembro de 2018.

Neste ponto da Ordem de Trabalhos foi apresentado, pelo 1º Secretário da Mesa, um voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, em memória do Senhor Dr. Maximino Cunha, recentemente falecido, que se transcreve:

Porque foi um médico distinto, um excelente ser humano, sempre pronto a ajudar quem dele precisava e um grande democrata que lutou pela liberdade, pedimos à Assembleia Municipal que aprove um voto de pesar em memória do Senhor Dr. Maximino Cunha, que foi também um grande flaviense". Foi guardado um minuto de silêncio.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

Intervenções:

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – agradeceu à Assembleia Municipal o voto de pesar em memória do seu pai, Dr. Maximino Cunha.

Em seguida pediu que lhe fosse prestada informação sobre o futuro da Escola Superior de Enfermagem, bem como do número de alunos que a frequenta; se continua a haver uma preponderância de alunos de Espanha e quais são as perspetivas sobre os próximos anos.

Maria Manuela Tender do PSD – disse que a sua questão se prende com a reunião do Senhor Presidente da Câmara, realizada no passado dia 23 de setembro com a senhora Ministra da Justiça sobre o Gabinete de Medicina Legal de Chaves.

Saúdo a iniciativa do Senhor Presidente da Câmara e a sua capacidade de liderança e dos autarcas do Alto Tâmega, por terem despedido a camisola partidária e vestido a camisola de defesa dos cidadãos da Região.

Houve a aprovação de um voto de rejeição do encerramento do Gabinete Médico Legal de Chaves, por parte dos autarcas do Alto Tâmega.

Como deputada da Assembleia da República efetuei diligências, quer junto da Senhora Ministra da Justiça, quer junto do Senhor Presidente o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses e entendo que temos de ficar muito vigilantes porque o Gabinete Médico Legal de Chaves é um serviço que é fundamental manter em proximidade e não só pelas autópsias. Como procurei explicar através da comunicação social, indo para Vila Real ficaram mais caras às famílias porque são



elas que vão pagar o transporte do cadáver de ida e volta. Mas o que mais me preocupa são os exames e perícias que têm a ver com a avaliação de danos, em processos de âmbito penal, civil ou do trabalho. Num acidente de trabalho, num caso de violação, num caso de agressão, as vítimas teriam de ir fazer estes exames, a Vila Real, para avaliação dos danos.

Nós sabemos que a crise continua; as dificuldades da população continuam e nós que aqui residimos conhecemos a especificidade deste território e as dificuldades dos cidadãos. Afastar este serviço dos cidadãos equivaleria, certamente, em muitos casos, a levar as vítimas a faltar aos exames periciais. Dessa forma os processos seriam arquivados por falta de prova, os agressores ficariam impunes e as vítimas ficariam a sofrer em silêncio. Não podemos permitir que isto aconteça.

O governo anterior também teve a intenção de encerrar o Gabinete Médico Legal de Chaves e quer eu quer o Senhor Presidente da Câmara lutamos para que isso não acontecesse tendo o Ministério da justiça sido sensível aos nossos argumentos e manteve-o em funcionamento. Agora voltou a estar ameaçado, com data marcada para encerrar no dia 30 de setembro e eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se houve um adiamento de decisão, ou se há a garantia de que efetivamente o Gabinete se mantém em funcionamento, definitivamente?

Uma vez que estão aqui representadas as forças políticas do nosso Concelho era bom que, numa situação destas, quando estão em causa direitos fundamentais dos cidadãos, os partidos tivessem a coragem de se colocar ao lado do Presidente da Câmara, independentemente da sua cor partidária, e mostrassem a sua solidariedade na defesa dos direitos dos cidadãos do nosso concelho. Hoje é o arquiteto Cabeleira, amanhã pode ser outro e já houve outros antes e é fundamental que consigamos despir a camisola do partido e vestir a camisola de região. Nestas questões de acesso a direitos fundamentais que a Constituição consagra, exige-se esta solidariedade.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse subscrever, na íntegra, as palavras da Senhora deputada Manuela Tender.

“Em matéria de justiça a Senhora lembrou muito bem, a questão do Gabinete Médico Legal mas, relativamente a este serviço, não havia nenhuma decisão administrativa. Houve um alarme de um administrativo de um Gabinete Médico-legal porque lhe disseram, telefonicamente, que ia mudar de local.

Que eu saiba os Gabinetes de Medicina Legal funcionam com médicos legistas que fazem autópsias, perícias. E ainda que fosse verdade, cada Presidente da Câmara que foi à Senhora Ministra, reclama vitória.

Felizmente temos um governo que tem uma atitude, uma inter-relação, uma compreensão, uma acessibilidade muito maior do que o anterior. Com o anterior nem sequer conseguiam marcar audiências. Agora são inúmeras as audiências e os contactos formais. Eu próprio fiz um contacto informal via telefone e fui recebido informalmente, acerca dessa questão.

Questão diferente é se num outro processo ou noutra assunto a nossa pretensão é considerada.

Eu também sou daqueles que pensa que em matéria de justiça, de educação e de saúde, devemos estar unidos, concentrados e mobilizados em nome da causa própria e comum. Mas eu não vi a Senhora deputada fazer isso relativamente ao mapa



judiciário. Escreveu de uma forma mas votou de outra e isso não interessa nada. Para mim os atos são mais importantes do que as proclamações verbais ou escritas. Não podemos dizer uma coisa e fazer outra.

A nossa expectativa é que o Gabinete de Medicina Legal permaneça em Chaves e nós, enquanto membros de um partido político, que neste momento suporta o governo, estaremos ao lado de toda a gente que pugne por essa solução porque também entendemos que é essencial para as populações; não tanto pelas autópsias mas sobretudo pelas perícias médico-legais. E são mais importantes do que as pessoas pensam. Só quem sofre uma agressão ou passa por uma situação complicada que não queira revelar, é que sabe verdadeiramente como isso é importante.

Pergunto ao Senhor Presidente da Mesa se este é o momento para colocar todas as questões relativamente aos documentos que nos foram facultados pelo Senhor Presidente da Câmara nesta informação.

Havia cinco itens. Havia a informação sobre a situação económica e financeira, a informação sobre a atividade municipal mais relevante, a informação sobre o contencioso, a informação sobre as obras em curso e por último um documento que nos chegou fora de horas. O tal documento sobre as orientações estratégicas, que entendemos deve ser importante para fazermos os contributos em momento posterior e pergunto se este é o momento para fazer as considerações e as questões todas.

É que ser o momento e poder, são coisas diferentes.

Hoje estamos preparados para discutir números, finanças; a questão financeira do município.

A informação financeira que nos foi entregue não nos faculta qualquer elemento relativo à atividade do setor empresarial, designadamente da EHTB e da GEM, ou quanto às participações locais, pese embora no mapa atinente à análise económica, por causa dos proveitos e dos ganhos financeiros, tal devesse acontecer.

Nada é dito quanto à situação da internalização no Município de Chaves, do MARC SA, sendo que o processo de extinção e liquidação dessa empresa, detida pela Associação FLAVIFOMENTO, controlada pelo Município de Chaves, foi iniciado em 2012. Esta Assembleia tem o direito de ser esclarecida acerca deste assunto. Como tem sido assumidas as responsabilidades decorrentes do empréstimo contraído pelo MARC, designadamente o reembolso do capital mutuado, bem como dos respetivos juros.

Será que anda alguém a assumir responsabilidades bancárias, designadamente subscrevendo letras, junto da entidade bancária mutuante? Fica aqui a interrogação. Se é sim estar-se-á, provavelmente, a contrair novos empréstimos não autorizados pelos órgãos municipais competentes.

Neste particular gostaria que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse esta Assembleia quanto à circunstância de a Associação Promotora para o Ensino de Enfermagem de Chaves integrar, ou não, o perímetro das entidades que revelam para efeitos de cálculo do limite da dívida total do Município de Chaves. É uma pergunta que faço.

Esta entidade não devia consolidar contas com o município?

O Município de Chaves não exerce influência dominante sobre a mesma Associação?

Não nomeia nenhum dos seus órgãos ou membros?



Quanto à execução orçamental propriamente dita, reportada a 22 de setembro de 2016, poder-se-á concluir, em face da informação contida no quadro síntese, que a receita cobrada está em linha com o previsto. Já a despesa de capital tem uma taxa de realização, na nossa perspetiva, pouco precisa.

Para percebermos melhor esta informação era importante que pudesse ser mais desagregada.

Pergunto ao Senhor Presidente qual o valor que foi efetivamente cobrado, relativamente às taxas liquidadas pelo uso do subsolo municipal? Se foi cobrado a que empresas? e em que montantes?

Não lhe parece que este é um processo de liquidar todos os anos taxas que não consegue cobrar? Que é mais um artifício para cumprir, de forma formal, o desequilíbrio orçamental?

Há a evidência de um conjunto muito significativo de receitas extraordinárias; percebe-se que há um aumento da receita do IMI, dos preços da água, do tratamento de efluentes e dos resíduos sólidos urbanos. De facto há um incremento muito substancial daquilo que são os serviços prestados pelo Município em água, saneamento e resíduos sólidos urbanos.

Quanto às demonstrações de resultados o exercício é positivo e isso deve-se sobretudo a uma coisa que nós não percebemos porque acontece. Em 2016 as provisões são metade do valor de 2015, sendo certo que o montante em discussão é exatamente o mesmo ou parecido. Fica a pergunta.

Reconhecemos que uma das observações que fizemos na última Assembleia Municipal, relativamente à informação sobre o contencioso, para saber quem era autor e quem era réu, na perspetiva do município, ou da contraparte, vem agora especificada na relação dos processos em contencioso. É uma consideração positiva porque foi uma menção que fizemos e foi cumprida.

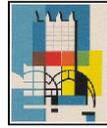
Perguntamos se não seria mais prudente constituir algumas provisões sobretudo relativamente às ações que tem em curso com as Águas do Norte?

Nas obras em curso, o quadro síntese que nos foi enviado, denota uma manifesta insuficiência de investimento para aquilo que são as necessidades constatadas pelos munícipes, designadamente em sede de arruamentos e em questões de mobilidade, mas também no que diz respeito a equipamentos desportivos.

Quanto às Orientações Estratégicas não vou fazer as considerações que tinha pensado porque acho que não fazem sentido na medida em que é um documento que deve merecer uma análise mais detida, mais ponderada para que possamos fazer alguns contributos, contributos esses que serão expressos numa proposta que iremos formalizar”.

Maria Manuela Tender do PSD – pediu a palavra para usar o direito de resposta ao Senhor deputado Nuno Vaz.

É, certamente com intenção, que o Senhor deputado vem aqui proclamar, por diversas vezes, a questão da lei da organização do sistema judiciário e o meu sentido de voto. Eu já disse ao Senhor deputado que se fosse uma pessoa que tivesse uma outra formação e não fosse conhecedora da área eu ainda desculpava e pensaria que não era intencional mas como o Senhor deputado é da área, sabe o que se passa.



A lei de organização do sistema judiciário, aprovada no Parlamento, apenas constitui as comarcas e como o Senhor deputado sabe, a competência da organização das valências dentro de cada comarca não compete ao Parlamento, mas sim ao governo. É um decreto-lei, aprovado pelo governo, que faz a distribuição das valências dentro de cada comarca.

O Parlamento aprovou a lei da organização do sistema judiciário, isto é: disse que em Portugal há x comarcas, sendo a sede da comarca a sede de distrito. O critério foi igual para todos os distritos, com exceção das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. E isto foi o que eu votei favoravelmente. Apesar disso entreguei uma declaração de voto, que divulguei através dos órgãos próprios e entreguei nesta assembleia, consagrando aquilo que eram as minhas preocupações, já transmitidas à Senhora Ministra da Justiça, esperando que essas preocupações que lhe tinha transmitido viessem a influenciar o desenho do decreto-lei.

Isso não se verificou mas transcende as minhas competências. Gostaria muito de ter tido a capacidade de influenciar a decisão da Senhora Ministra, mas não tive e lamento. De qualquer forma não me pode ser imputada uma responsabilidade sobre uma questão em que não tenho competência, nem responsabilidade e que é o desenho da distribuição das valências em cada comarca.

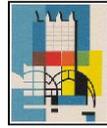
Para tirar todas as dúvidas e como o Senhor deputado na reunião anterior disse que gostaria também de saber qual era a minha opinião relativamente às SCUT e à lei da organização do sistema judiciário, eu peço ao Senhor Presidente que faça chegar a todos membros desta Assembleia as minhas declarações de voto quer sobre a lei da organização do sistema judiciário, quer sobre as SCUT, que recentemente foram votadas, e assim ficam todos a saber qual a minha posição sobre estas matérias. Nós devemos ser claros e fontais e eu defendo aqui a mesma coisa que defendo na Assembleia da República. A coerência é fundamental.

Também gostaria de ter visto uma posição pública da parte do Senhor deputado quando o Gabinete de Medicina Legal esteve em risco de encerrar e não vi. Nessa altura era fundamental haver da parte do Partido Socialista uma posição clara contra o encerramento do Gabinete. Essa posição teria dado um conforto muito grande aos cidadãos não só aos flavienses como a todos os cidadãos do Alto Tâmega. O PSD fez isto várias vezes.

Na questão da reforma judiciária o Senhor Presidente da Câmara colocou-se contra a Ministra da Justiça, na defesa dos cidadãos do seu concelho, sem qualquer problema. Também gostaria de ter visto da parte do Senhor deputado uma posição frontal, pública sobre esta matéria e não vi.

O encerramento do Gabinete Médico Legal não foi alarme. A Delegação do Norte do Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses, que é quem superintende todos os gabinetes do norte, pediu ao técnico do Gabinete Médico Legal de Chaves que fizesse um inventário de tudo o que ali existia, para ser levado para Vila Real, comunicando-lhe que no dia 30 de setembro o Gabinete encerraria os trabalhos. Não foi alarme. Foi uma ordem.

Se a Senhora Ministra teve capacidade de ouvir e recuou eu saúdo essa atitude. Saúdo a posição da Senhora Ministra quer na capacidade de ouvir os cidadãos e os autarcas dos municípios onde encerraram os tribunais, quando disse que está a avaliar a possibilidade de reabertura.



Saúde também o humanismo que demonstrou agora, quando confrontada com os argumentos que lhe apresentaram, e disse que serão devidamente ponderados. Esperemos que sejam.

Se a Senhora Ministra assumir que o Gabinete Médico Legal de Chaves ficará definitivamente em funcionamento terá a minha saudação de forma pública, sem qualquer problema porque em primeiro lugar estarão os cidadãos do nosso concelho e da nossa região.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – respondeu à Senhora deputada Manuela Tender dizendo: “quem gasta tanto tempo a justificar-se é porque não estará bem com a sua consciência e porque pelas obras os verão e, provavelmente, como é religiosa, saberá o que estou a querer dizer. Aqui fica a minha consideração”

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PS – cumprimentou os presentes e saudou o Senhor vereador Nuno André Coelho Chaves a quem desejou felicidades nas suas novas funções, enquanto vereador do Partido Socialista.

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos felicito o executivo municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, pela apresentação do documento designado por “Orientações Estratégicas Chaves 2022”, versão preliminar, que nos foi entregue. É um documento que trata de várias áreas desde a educação à cultura, da juventude, ao desporto.

Na última página do documento, na nota resumo do investimento no concelho de Chaves, no âmbito do Programa Portugal 2020, estão discriminados mais de quarenta milhões de euros e gostaria que explicasse mais em pormenor esse quadro.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

Os Senhores deputados Manuel Cunha e Nuno Vaz Ribeiro falaram na Escola Superior de Enfermagem.

Como sabem a Escola de Enfermagem é uma Associação Promotora. Não é uma empresa.

Constituíram esta Associação os seis municípios do Alto Tâmega e as Santas Casas da Misericórdia de Chaves, Boticas, Ribeira de Pena e Cerva. As Direções são designadas por vontade dos membros da Assembleia Geral. A Câmara de Chaves não tem posição dominante. É um voto em dez. Dá-se a circunstância de o Presidente da Câmara Municipal de Chaves ser o Presidente da Direção da Associação Promotora.

A Escola de Enfermagem como acontece com muitas outras escolas superiores deste país, luta com falta de alunos. Felizmente as inscrições para o ano letivo 2016/2017 estão a correr bem. O número de alunos inscritos, a manter-se e esperamos que seja reforçada na nova fase, podendo chegar a uma turma de sessenta alunos, garante a viabilidade financeira da escola. Se o número de alunos for inferior não fica garantida a viabilidade financeira e os associados terão de contribuir para resolver a situação.

Os alunos são mais ou menos 50% de nacionalidade portuguesa e outros 50% de nacionalidade espanhola. Continua a haver uma grande procura de cidadãos de nacionalidade espanhola para estudar enfermagem na nossa escola.

Senhor Presidente da Mesa, entendo que este ponto era de análise da informação do Presidente da Câmara e não daria direito a direito a respostas e contra respostas. Mas a análise é sua.



A Senhora deputada referiu-se ao Gabinete de Medicina Legal. A reunião antes mencionada realizou-se na sexta-feira da semana passada com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Chaves, o Presidente da Câmara Municipal de Boticas, a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar e a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Valpaços. A Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar fez-se representar por solidariedade na medida em que Vila Pouca de Aguiar, neste momento tem pouca a ver com o Gabinete Médico Legal de Chaves, dada a proximidade com Vila Real. Não esteve ninguém da Câmara Municipal de Montalegre nem de Ribeira de Pena, naturalmente pelas razões mais justificáveis.

Esperamos que no futuro haja um governo que tenha a coragem de ajustar a estrutura da administração pública às comunidades intermunicipais. Fez-se uma reforma administrativa que pôs fim aos distritos mas persiste a confusão em termos de distribuição dos serviços, em que continua a prevalecer a ideia do distrito. Há apenas dois serviços que estão de acordo com o objeto da CIM – O ACES, que já existia antes da reforma administrativa e o IEFP que se ajustou à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

A Senhora Ministra disse que efetivamente estava previsto o encerramento do Gabinete de Medicina Legal em Chaves.

Referiu as considerações sólidas e válidas que lhe foram apresentadas pelo Presidente do Instituto Medicina Legal, que enumerou, mas entendeu não encerrar o Gabinete, nesta fase. Até porque está em apreciação na AR legislação sobre a reavaliação do processo da Reorganização Administrativa e não faria sentido estar a encerrar um serviço, que amanhã, eventualmente, tivesse de reabrir.

Provisoriamente, sem decisão definitiva, o Gabinete de Medicina Legal mantém-se. Não se tratava de nenhum boato. Era um facto. Ia encerrar. Não tivesse havido a posição unanime dos autarcas que se manifestaram em tempo útil e a atitude individual de deputados da Assembleia da República, nomeadamente da Senhora deputada Manuela Tender, certamente que a partir da próxima segunda-feira deixávamos de ter Gabinete de Medicina Legal em Chaves e estávamos a afastar a justiça dos cidadãos.

Como já foi dito antes, o mais importante deste serviço não são as autopsias. São as perícias. Alguém sujeito a qualquer tipo de violência, em locais distantes da cidade de Chaves, que se desloca muitos quilómetros a expensas suas, sem transportes públicos, a pagar táxis, ter de percorrer mais setenta quilómetros até Vila Real, ficaria muito mais desprotegido. Essa situação afastaria ainda mais a justiça dos cidadãos, tornando-a mais cara e promovendo a impunidade porque levaria as pessoas a desistir da obtenção da justiça.

Esperamos que a decisão deixe de ser provisória e passe a definitiva. Registo mais uma vez, a simpatia e cordialidade da Senhora Ministra que nos ouviu e foi recetiva aos argumentos que lhe foram apresentados.

Situação financeira apresentada pelo Senhor deputado Nuno Vaz.

Tem razão no que diz respeito à EHATB dado que também é competência desta assembleia analisar e apreciar as contas das empresas em que a Câmara é participada. Vamos corrigir esta situação e trazer os relatórios de gestão da empresa a uma próxima sessão deste órgão, esperando que os restantes cinco municípios, que são sócios, também o façam.



Relativamente ao MARC SA, é um pouco incompreensível a intervenção do Senhor deputado Nuno Vaz, porque, conforme já anteriormente referi, a Câmara não pode refletir nas suas contas as contas do MARC porque não tem nada a ver com o MARC.

Esta Assembleia autorizou a internalização do MARC na Câmara Municipal e enquanto isso não acontecer a Autarquia não tem de prestar contas de uma sociedade anónima na qual não tem qualquer participação. Quem tem é a Associação FLAVIFOMENTO em que a Câmara e a ACISAT são sócios fundadores. Ninguém está a contrair empréstimos novos. O MARC não está a cumprir as suas obrigações perante a banca pagando os juros e respetiva amortização do empréstimo. São os membros da comissão liquidatária que estão a assumir responsabilidades, na perspetiva de que no futuro essa situação será regularizada. Tudo isso consta dos documentos enviados ao Tribunal de Contas para obtenção do visto, com vista à internalização do MARC. Se não for concedido o respetivo visto o MARC será liquidado e a instituição bancária credora acionará o crédito, que será a hipoteca sobre o património.

Ao falar repetidamente sobre a questão das contas do MARC o Senhor deputado Nuno Vaz está a construir uma cortina de fumo quando sabe, perfeitamente, que a Câmara Municipal, de momento, não tem de prestar quaisquer contas sobre a gestão do MARC.

A Autarquia não exerce qualquer posição dominante sobre a Escola Superior de Enfermagem. É apenas um sócio no meio de dez em que o Presidente da Câmara, por entendimento dos sócios, é o Presidente da Direção.

As dívidas de uma Associação não relevam para os seus associados. Logo, a Câmara Municipal, não poderá assumir qualquer dívida da Escola Superior de Enfermagem. O mesmo acontece com a Escola Profissional.

As taxas de ocupação do subsolo em Chaves, tem vindo a ser pagas, apenas, pela empresa Duriense Gás. As demais empresas que utilizam o subsolo estão com processos em Tribunal e nalguns casos, as faturas já transitaram em julgado e já estão em execução. É o caso da MEO e da Empresa Águas do Norte em que ganhamos os processos transitados em julgado, mas que ainda não pagaram porque estão usar de todos os expedientes para que a execução não se concretize.

O Tribunal Administrativo de Mirandela e o Tribunal Central do Porto deram razão à Câmara Municipal de Chaves dizendo que o Regulamento Municipal é absolutamente legal. Perante a contestação da MEO, por exemplo, o Supremo Tribunal Administrativo devolveu o processo ao Tribunal Administrativo de Mirandela para reapreciar o que já transitou em julgado. Parece haver aqui qualquer coisa que, eventualmente, não está a correr bem. Como é comum dizer-se “se tens muito, arranjas bons advogados e as coisas resolvem-se. Se tens pouco ou nada, estás condenado”. O pequeno Município de Chaves pode não estar a ser devidamente considerado, em relação ao gigante das telecomunicações MEO.

Parece muito estranho que Supremo Tribunal Administrativo devolva o processo depois de ter transitado em julgado, estando em causa a execução e não a ação principal. Parece estranho à Câmara Municipal, aos seus juristas e ao Gabinete que nos presta assessoria jurídica que considera esta situação uma questão de honra e



promete levar o caso até às últimas consequências para perceber como é que a justiça se aplica em Portugal.

Os documentos de demonstração de resultados que o Senhor deputado pediu chegar-lhe-ão logo que estejam reunidas as condições.

O contencioso que temos com as Águas do Norte foi aprovado por esta Assembleia Municipal. Foi aprovada uma estratégia em que a Câmara Municipal devolveria as faturas de saneamento à Empresa sempre que os caudais ultrapassassem os consumos de água. As faturas devolvidas são de saneamento.

Águas pluviais, misturadas nas redes de saneamento, existem em todo o país. Em Lisboa, por exemplo, na Avenida da Liberdade e em toda a baixa pombalina, não há rede diferenciada entre águas pluviais e águas residuais. Passou a ser tudo águas residuais. Até há relativamente pouco tempo descarregava tudo no Tejo, junto ao cais da Naus. Entretanto foi colocado um emissário ao longo das avenidas do Tejo e hoje as águas pluviais e as águas residuais descarregam numa estação de tratamento de águas residuais. Não estou a ver a Câmara Municipal de Lisboa a pagar fortunas pelo tratamento dessas águas, sobretudo em dias de muita pluviosidade. Até porque diz o bom senso que nesses dias, quando a quantidade de matéria orgânica é inferior a um determinado valor, o efluente pode ir diretamente para as linhas de água.

É evidente que às Águas do Norte isso não dá jeito nenhum.

No Alto Tâmega, Chaves é a única Câmara que consome a água da empresa, embora todas as demais tenham aderido ao sistema multimunicipal. A estação de tratamento da barragem dos Pisões foi construída para servir os seis municípios mas como isso não acontece somos nós que estamos a suportar os encargos dessa infraestrutura. Valpaços está agora a começar a consumir, mas pouca.

A empresa das Águas do Norte deve adotar normas de boa gestão. Quando a pluviosidade é grande, as águas residuais chegam à entrada da Estação de Tratamento com parâmetros que lhe permitem vazar na linha de água e porque é que não vazam? Pelo contrário a empresa contabiliza tudo e isso é falta de cooperação de uma empresa pública para com uma instituição pública. Não faz sentido. Faltam aqui regras de bom senso e de sã convivência.

Não temos conflitos com ninguém mas nesta matéria entendemos que não devemos pagar aquilo que não é justo.

O que está em causa é o tratamento das águas residuais porque no que respeita ao consumo de água estamos a pagar a faturação com normalidade, até antes do prazo de vencimento, independentemente se há ou não fugas na rede.

Se as obras em curso são insuficientes, depende da perspetiva mas a verdade é que acabamos de concluir grandes investimentos.

Neste mandato iniciamos e concluímos o Balneário de Vidago, iniciamos e concluímos a requalificação do Balneário das Termas de Chaves, concluímos o Museu Nadir Afonso, demos continuidade à obra do Museu das Termas Romanas, iniciamos e concluímos a Avenida da República.

Simultaneamente diminuímos muito significativamente o valor da dívida do Município que neste momento está controlada e em franca resolução. Estamos a cumprir de acordo com o Plano de Saneamento Financeiro. Não temos dívida em excesso e estamos a pagar aos nossos fornecedores a tempo e horas.



Do mapa das candidaturas que tivemos a capacidade de apresentar, vinte e seis milhões de euros já estão garantidos e devidamente aprovados e assinados. São mais de dezasseis milhões no Pacto do Alto Tâmega Norte 2020 relativos à quota de Chaves; dez milhões e sessenta mil euros no PEDU, com o contrato de financiamento já assinado pela Câmara Municipal de Chaves. Estamos a falar de quase vinte e sete milhões de euros já absolutamente garantidos em que apenas temos de apresentar os projetos e executar as obras.

Esperamos ainda vir a aprovar mais três ou quatro milhões nos Programas PRODER, POCTEP, PO SEUR, o que quer dizer que nos próximos quatro ou cinco anos Chaves terá à volta de trinta e dois milhões de euros para investimento. É um valor muito significativo.

Se este ano foi de alguma contenção, os próximos serão de muito e bom investimento para o nosso concelho como podem constatar no documento de orientações estratégicas em que mais uma vez peço que colaborem e apresentem sugestões.

O Senhor deputado Jorge Pinto de Barros na sessão da AM de abril perguntou-me para que serviu o parecer do Senhor Dr. Licínio Lopes. Como não estive na sessão de junho, passo agora a responder.

O Professor Dr. Licínio Lopes foi contratado pela Autarquia para emitir um parecer sobre um processo de expropriações, que não estava a correr bem. Em determinada parcela de terreno, o Tribunal de Chaves fixou a justa indemnização em 328.974,03€, quando os peritos oficiais do tribunal tinham informado que a justa indemnização era de 62.185,00€. O magistrado que julgou o processo disse que o parecer dos peritos oficiais não lhe dizia nada e que o valor indicado pelo perito do proprietário é que estava certo, fixando a indemnização nos 328.974,03€. O Senhor Dr. Licínio Lopes levou 12 mil euros à Câmara pelo parecer que fez e, mediante esse parecer o Tribunal da Relação fixou a justa indemnização em 63.300,00€.

O parecer em questão serviu para ter razão de ciência junto do nosso jurista, para fundamentar bem o recurso e dessa forma termos um ganho muito significativo neste processo. É certo que o assunto não está encerrado porque os proprietários podem recorrer a instâncias superiores mas a verdade é que com um parecer de doze mil euros reverti uma decisão que custava mais de trezentos mil, para sessenta e três mil.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – disse que o Senhor Presidente da Câmara por vezes diz coisas que são discutíveis.

“Eu para ganhar doze mil euros demoro alguns meses. O que quero dizer é que as facilidades com que se entende que os estudos, quando um processo em causa envolve algum dinheiro, são bem empregues, também são bem empregues, para quem o recebe.

Eu não conheço o Senhor em causa mas a facilidade que achamos em que um tipo anda a trabalhar de enxada para o município, o tempo todo e ganha assim, e depois um parecer que não sei quantas horas levou a ser feito custa esse valor.

Como cidadão conheci muita vigarice nos negócios dos seguros em que havia advogados que diziam assim: “o seguro dá-lhe cinco mil euros. Tudo o que eu conseguir acima desse valor divide-se a meio”. Se conseguissem vinte mil euros embolsavam sete mil e quinhentos.



Relativamente ao valor que está em causa, a autarquia pode argumentar que havia uma decisão do Tribunal que acha ser injusta e obteve um parecer por doze mil, o que para as suas contas foi bom. A questão é saber se não é possível obter um parecer que custe um bocadinho menos porque a mim confunde-me a facilidade com que se entende que ganhar numas horas ou em três ou quatro dias doze mil euros, é aceitável. Só falta propormos uma medalha municipal ao advogado em causa.

É preciso haver uma certa medida no que se diz porque a medição do que se vai buscar não pode ser o único critério”.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – Disse não se pronunciar sobre o parecer porque não conhece a complexidade do tempo a dedicação e o esforço feito mas se o processo estava a correr mal e se se conseguiu inverter é um bom indicador.

“As perícias existem em todos os domínios e no direito também há quem tenha especial competência em determinadas áreas. O mesmo acontece na medicina e noutras profissões.

Não tenho informação que me permita concluir se o parecer é caro, se é equilibrado ou não.

Ou o Senhor Presidente da Câmara entendeu mal as questões que lhe coloquei, ou não as entendeu, ou então quis responder a perguntas que eu não fiz. Também me posso ter expressado mal e para que não haja dúvidas volto a fazê-las.

Sobre a questão do MARC o que disse foi: «nada nos é dito quanto à situação da internalização do MARC no Município de Chaves, sendo que o processo de extinção e liquidação desta empresa detida pela Associação FLAVIFOMENTO, controlada pelo Município de Chaves....».

Não disse que devia contar para o perímetro da dívida total.

Relativamente à Empresa das Águas de Trás-os-Montes não lhe perguntei nada sobre a questão da dívida, nem sobre se é justo, equilibrado e sensato devolver as faturas. Esta Assembleia pronunciou-se sobre a questão e eu também votei favoravelmente essa estratégia procedimental.

Na demonstração de resultados estávamos a falar em mais de oito milhões de euros, em faturas que foram devolvidas, e eu perguntei se não faria sentido fazer provisões relativamente a parte desse valor?”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

Em relação ao MARC a questão colocada é rigorosamente a mesma ou então eu não consigo perceber a sua pergunta.

Eu disse que a dívida do MARC não pode ser refletida nem nas contas da Câmara, nem na informação que o Presidente presta, porque a internalização ainda não existe.

As faturas de cerca de oito milhões de euros devolvidas à empresa Águas do Norte são referentes ao passado e como tal não fará sentido a Câmara estar a fazer provisões, até porque a Lei do Orçamento de Estado permite ir à banca pedir dinheiro emprestado para pagar dívidas dos sistemas multimunicipais, quando condenados em tribunal. Estamos a discutir essa questão em Tribunal e aguardamos a decisão judicial.

Enquanto essa decisão judicial não for proferida não há mais a fazer a não referir essa situação no Relatório do ROC e nas contas da Autarquia e isso está feito.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que se referiu a provisão e não a retenção.



O que Senhor Presidente poderia dizer é que como acha que a Autarquia vai ganhar a questão, não tem de fazer provisão nenhuma.

Quando há um processo de contencioso em que há um risco previsível de haver uma repercussão no efeito negativo financeiro, decorrente dessa ação, devemos fazer provisões. Não são consignações nem retenções, nem pagamentos. São provisões.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que não se fazem provisões porque há um instrumento legal que permite recorrer à banca e obter o financiamento para estas situações.

A Lei diz que quando uma autarquia for condenada a pagar uma dívida pelo Tribunal pode pedir dinheiro emprestado à banca, não relevando o empréstimo contraído para a capacidade de endividamento do município.

PONTO 3 – CONTA DE GERÊNCIA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2011 – HOMOLOGAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS (Proc.º 19088/2011). INFORMAÇÃO Nº 24/DGF/2016. Para conhecimento.

Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – sobre este ponto apresentou a seguinte consideração prévia:

“É a primeira vez, pela informação de que disponho, que a pronúncia do Tribunal de Contas sobre uma conta de gerência, no caso a relativa ao exercício de 2011, vem a este Órgão.

Mas diga-se que ela somente nos foi comunicada porque o Tribunal de Contas assim o determinou de forma expressa. E fê-lo porquê?

Essa decisão de censura foi motivada por graves infrações financeiras praticadas pelo Presidente da Câmara e corroboradas pela maioria que compunha o respetivo executivo, em exercício nesse período. Algumas dessas infrações financeiras, designadamente as relativas à assunção de responsabilidades de encargos, em clara violação pelas regras contabilísticas em vigor, sobretudo a regra do duplo equilíbrio, o que aumentou exponencialmente a dívida do município e que provocou a contração de vários empréstimos de médio e longo prazo, para pagar dívida de curto prazo, mas também a contratação de acordos de pagamento que configuravam verdadeiros empréstimos, sem o controlo necessário dos órgãos de fiscalização municipal e sem o visto prévio do Tribunal de Contas, para além de não contar, de forma ardilosa, para os limites de endividamento municipal.

Outra das práticas de gestão censurada, por ilegal, era utilizar o saldo de gerência sem aprovação da necessária revisão orçamental, para fazer pagamentos; para a execução orçamental.

Outro dos truques contabilísticos oportunamente e reiteradamente criticados pelo PS foi a falta de prudência e parcimónia na previsão de receitas quando se tinha a certeza que não seriam cobradas nesse exercício, mas se insistia, por razões de equilíbrio orçamental aparente, em prevê-las.

Esta situação de descontrolo foi atenuada pela Lei dos Compromissos mas, da leitura das recomendações feitas pelo Tribunal de Contas, pode concluir-se que o rigor de aplicação da lei não é rigoroso, pois só assim se entende que este Tribunal tenha dado instruções para que os compromissos sejam registados de forma sequencial e cronológica.

A situação reportada é grave e põe em causa a fiabilidade da informação financeira



que nos foi disponibilizada, à data, pelo executivo municipal.

Dizer ainda que a homologação da conta de 2011 foi feita sob forte censura e com o registo de recomendações que, por determinação do Tribunal de Contas, vieram ao conhecimento deste órgão municipal, que tem o dever e o direito de se assumir como verdadeiro órgão de fiscalização e controlo da gestão do executivo municipal, que tem, por razões de dignidade e interesse comum, de deixar de ser um espaço de ressonância. Fazer parte da mesma força política não pode significar ser cego, surdo, mas sobretudo não ter capacidade e pensamentos próprios.

Por último, dizer que foram praticados factos que constituíram infrações financeiras e administrativas e que só não foram apuradas efetivas responsabilidades financeiras sancionatórias, ou seja, não foram determinadas multas aos responsáveis, Presidente e Vereadores com funções executivas, porque, entretanto, houve alterações legislativas e, em matéria punitiva, a legislação mais favorável tem aplicação imediata. Estou a falar da Lei dos Compromissos - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - mas também quanto à questão dos acordos de pagamento, da Lei de Orçamento de Estado para 2012 - Lei n.º 64B/2011, de 30 de dezembro.

Mas isto não significa que não tenham sido praticados atos de gestão ilegais e proibidos. Foram e só não serão censurados porque entretanto houve alterações legislativas.

Não era tudo isto que nós, PS de Chaves, à data, afirmávamos estar acontecer, mas obtínhamos por resposta que “não sabíamos o que dizíamos?!”.
“A verdade é como azeite vem sempre ao de cima”.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu dizendo que o Tribunal de Contas é um Tribunal isento que julgou e homologou as contas.

Faz recomendações genéricas e recomendações específicas. No parecer o Tribunal de Contas diz-se «refira-se contudo que, através de ofício da Direção Geral das Autarquias Locais foi comunicado ao Município que, de acordo com o despacho do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais de 18/02/2016, foi arquivada a decisão de redução de transferências do Orçamento de Estado, na medida em que em 31 de dezembro de 2014, o Município já não registava excesso de endividamento líquido».

Os Senhores deputados estão aqui para julgar este mandato e eu estou aqui, perante esta Assembleia, para responder por este mandato, e em todos os anteriores em que possa ser implicado, perante os órgãos judiciais do país. Neste caso em concreto o Tribunal julgou, homologou e não aplicou sanção nenhuma a ninguém. O processo foi favorável ao Município e foi arquivado.

Nessa questão a trajetória reconhecida pelo próprio Tribunal de Contas é que temos as contas devidamente regularizadas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 4 – AUDITOR EXTERNO/EMIÇÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL – 2016 SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. INFORMAÇÃO Nº 30/DGF/2016. Para conhecimento.

Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que a informação financeira e económica, reportada ao primeiro semestre de 2016, que lhes foi remetida pelo auditor externo, foi elaborada com a informação que foi disponibilizada pelos serviços financeiros da



Câmara de Chaves, e encontra-se vertida no relatório e nas demonstrações financeiras, designadamente do Balanço e Demonstrações de Resultados.

“Quanto à análise orçamental pode ressaltar-se que a taxa de execução global da receita é de 44,80% e da despesa é de 41,44%.

Se nos detivermos na estrutura da receita veremos que a taxa de execução é 41,69%, na corrente, e 54,79%, na de capital, contudo apresentam valores absolutos de execução muito distintos; € 13.664.735,56, na corrente, e apenas € 3.754.297,71, no capital.

Os impostos indiretos registam uma taxa de execução de 1,21%, arrecadou-se € 58.542,54, quando a previsão de receita para o ano de 2016 é de € 4.845.201,16.

Na receita de capital, não fosse os ativos financeiros apresentarem uma taxa de execução de 228,59%, com o valor absoluto de € 1.960.282,47, e o panorama seria confrangedor. Diga-se que essa verba é mais de 50% do total da receita de capital arrecadada no primeiro semestre de 2016.

Gostaria que o Senhor Presidente informa-se esta Assembleia de que receita, ou receitas em concreto, se trata. Terá a natureza de receita extraordinária ou pelo contrário é expectável que se repita nos anos subsequentes?

Lendo as tabelas 3 e 4 do relatório poderemos concluir que a receita regista um decréscimo relativamente ao período homólogo de 2015, sobretudo, no caso das receitas correntes, com o decréscimo dos impostos indiretos, presumo que devido ao efeito de isenção automática do IMI, e dos rendimentos de propriedade; isto talvez porque 2015 foi um ano verdadeiramente excepcional nesta rubrica. No caso da receita de capital, o decréscimo é, em termos percentuais, bastante maior, sendo que isso se deve sobretudo à menor realização de fundos com venda de bens de investimento e transferências de capital, ou seja, presumimos nós, de menor receita proveniente de fundos comunitários. A situação não é muito pior apenas porque houve um aumento, relativamente ao período homólogo, de € 1.960.282,47, ao nível dos ativos financeiros.

Por último, embora devesse ter sido dito antes, continua a crescer a receita relativa à venda de bens e serviços (principalmente com a venda de água, tratamento de efluentes urbanos e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, pois no período homólogo, o incremento foi de mais € 346.501,89.

É por isto que nós defendemos, já para o ano de 2017, uma redução nunca inferior a 5%, das tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos para as famílias mais carenciadas e para a classe média deste concelho.

Quanto ao ativo imobilizado, registou-se um decréscimo de dois milhões de euros, sendo que na nossa opinião não é merecedor de qualquer nota de referência negativa, aliás como não fizemos qualquer referência positiva quando a variação registada era positiva.

Estamos a falar do ativo imobilizado de um município, em que grande parte são bens do domínio público; edifícios, infraestruturas, equipamentos, etc.. Sim, dos € 158.656.047,27 que compõem o imobilizado, € 127.495.301,89, são bens do domínio público.

No que concerne às dívidas de terceiros, elas ascendem, de acordo com os registos contabilísticos, a € 15.846.907,88, sendo que € 14.731.945,90 são dívidas de cobrança duvidosa, e isto é verdadeiramente preocupante. São dívidas com



maturidade superior a 6 meses, e não tem sido possível proceder à sua cobrança e arrecadação. Estas dívidas representam 90,37% das dívidas de terceiros.

Se não houver prudência na gestão, ou seja do Senhor Presidente da Câmara, esta situação poderá conduzir à assunção de dívida e responsabilidades sem que verdadeiramente existam fundos disponíveis. A sugestão que eu deixo é a de que enquanto estes créditos não sejam efetivamente cobrados e estejam disponíveis na tesouraria do município não se assumam responsabilidades contratuais de idêntico montante.

Quanto às disponibilidades, gostaria que Senhor Presidente nos informasse quais são as existências com itens abertos, com idade superior a 4 anos, qual a fundamentação objetiva e subjetiva, e quais são os respetivos valores?

No passivo regista-se uma redução significativa; são menos 10,5 milhões do que em período homólogo do ao transato.

Nesta data o passivo ascende a 88,924 milhões de euros.

Este registo é influenciado, em termos positivos, pela circunstância de as provisões para riscos e encargos, feitas em 2016, serem bem menores do que em 2015, em 3,861 milhões de euros.

Este desempenho tem também a ver com a redução dos acréscimos e deferimentos feitos em 2016, com cerca de 1,6 milhões de euros.

Nota ainda para a redução da dívida a terceiros (incluindo os empréstimos), menos 4,59 milhões de euros.

Vejamos então, a dívida a terceiros, menos 4,59 milhões de euros

Os empréstimos, que se concretizam, nesta data, em 34.007 milhões de euros, apresentam menos expressão financeiro do que a registada em 31.12.2015; são menos € 1,531 milhões.

Nos fornecedores (c/c) a redução é mais significativa, são menos € 2,75 milhões.

Neste particular deve ter-se em consideração que estes valores poderão ser postos em causa ou pelo menos serem afetados nos seus fundamentos e expressão, pois a informação financeira que agora nos é fornecida não tem em conta, esquece completamente, o valor das faturas devolvidas às Águas de Trás-os-Montes e/ou Águas do Norte, que já supera os 8 milhões de euros, sendo que 3,2 milhões de euros já estão reconhecidos.

Temos também o dever de alertar para o facto de neste capítulo não se encontrar refletida a dívida, o empréstimo, decorrente da internalização do MARC.

Tudo o que de bem parece estar refletivo na diminuição das dívidas a terceiros pode ficar comprometido com os efeitos resultantes da dívida às Águas e do Empréstimo do MARC, pois estaremos a falar de mais de 12,5 milhões de euros.

Por último, uma nota de preocupação pelo valor da dívida a fornecedores que, apesar dos sucessivos empréstimos para pagar faturas, e estamos a falar de mais de vinte milhões de euros, continua a registar quase dois milhões de euros.

Quanto aos resultados, que aparecem como positivos, são influenciados positivamente pelos artifícios contabilísticos que este executivo nos tem habituado, fazer as provisões que lhe apetece e não as que deveriam ser feitas em função de critérios de prudência e responsabilidade.

Não percebo porque em 2016 se constitui, em provisões, menos 1,5 milhões, do que igual período de 2015, quando as situações materiais e financeiras são análogas.



Fica bem apresentar resultados positivos, era isso que faziam as grandes empresas e os bancos que hoje estamos todos a pagar com os nossos impostos, aliás é isso que hoje estamos a fazer com a situação financeira em que o Município de Chaves foi colocado.

Uma nota final para reafirmar a ausência de informação acerca das responsabilidades, compromissos e contingências, apesar de ser matéria, pelas implicações financeiras que delas podem decorrer para as finanças do Município.

Não se pode esquecer e escamotear os riscos contingenciais atinentes ao contencioso judicial em curso, nomeadamente por causa das expropriações da Fundação Nadir Afonso e respetiva envolvente, e da dívida reclamada pelas Águas de Trás-os-Montes”.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que se algum dos Senhores deputados, porventura, não leu o Relatório do ROC, acabou de ouvir a leitura de um bom resumo desse Relatório.

As questões técnicas que foram colocadas serão respondidas durante o período que medeia entre a sessão de hoje da Assembleia Municipal e a próxima, ou na próxima sessão. Este é um Órgão político e deve responder a medidas políticas. Existem situações que são estritamente técnicas e para isso existem os técnicos responsáveis da Autarquia e ainda o Revisor Oficial de Contas.

Mas factos são factos e, no final do ano, à semelhança do que aconteceu com a análise que fizeram em relação às contas de 2015, na sessão da Assembleia Municipal de abril, também estão convidados para que, com toda a atenção, façam a mesma análise às contas de 2016 na Assembleia Municipal de abril de 2017.

A verdade é que no fim do primeiro semestre de 2016, a dívida total, excluindo as não orçamentais da Câmara, está em trinta e um milhões de euros e no dia de hoje já é inferior.

Terminámos o ano anterior com um prazo médio de pagamento das faturas de sessenta e cinco dias e, nesta data, está em menos de quarenta e oito dias conforme consta de informação financeira que vos foi enviada.

Deixamos de ter dívida em excesso, deixamos de ter prazo médio de pagamentos em excesso, estamos a esse nível com a situação regularizada.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que, para um resumo tão simples, o Senhor Presidente da Câmara não respondeu a nenhuma questão.

“Estamos a falar de um Órgão municipal fiscalizador da atividade financeira da Câmara e não apenas político. Político é o quê? É falar de cor? É falar sem fundamento ou é falar com informação? O dever do Senhor Presidente da Câmara é vir aqui falar com mais informação do que qualquer membro da Assembleia Municipal tem, porque todos os dias faz gestão municipal.

Deixo o desafio de explicar como se faz a média do prazo médio de pagamento.

Pelos vistos as contas e a informação que é reportada num determinado momento, não é bem assim. Viu-se em 2011 que não era bem assim porque afinal aquela informação era toda trabalhada.

Como deve ter ouvido, na minha intervenção referi a evolução positiva nos empréstimos e nas dívidas a terceiros e se calhar também seria importante explicar a esta assembleia porque é que esta redução da dívida acontece. É porque o investimento vai cair seis milhões de euros no ano, porque as receitas dos impostos diretos, sobretudo IMI, continuam num registo muito bom e porque a água e saneamento tem vindo a crescer.

Quais as receitas extraordinárias que temos em 2016? Coloquei-lhe a questão sobre isso; 1.9 milhões e não me respondeu.

Está inscrita ou não a venda das ações? Está inscrito ou não o rendimento relativo às ações?



Está ou não a compensação da cedência, por vinte anos, da rede às Águas de Trás-os-Montes?

Em 2017 teremos oportunidade de discutir a conta de 2016 e, nessa altura, veremos se a redução da dívida está fundamentada e faz sentido ou não.

A verdade é que se consumiram todos os recursos para pagar a dívida e uma dívida que foi mal contraída e agora temos problemas complicados de mobilidade, de arruamentos e outros.

Na ficha do Município que referiu, sobre a questão do endividamento, tem uma nota de alerta precoce e aproveitou para pedir que nos mandem a última página porque não foi enviada”.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu dizendo que as contas de 2011 não foram manipuladas.

O Tribunal de Contas na sua análise não diz nada disso. Diz que foram feitas com falta de rigor e isso não é esconder, não é mentir. Não foram trabalhadas. Trabalhar é tentar esconder alguma coisa; é tentar enganar.

O Tribunal diz que há rubricas que não estão devidamente classificadas; que se utilizou o saldo de conta de gerência do ano anterior sem se ter feito uma revisão, mas isso não é crime; não é nada de esconder. O valor final está correto.

O Tribunal de Contas não faz nenhuma correção em que diga que a Câmara registou uma receita que não teve, ou que fez despesas que não registou.

Dizer que houve falta de rigor nas contas é completamente diferente de dizer que as contas foram trabalhadas. Se houve erros é porque os serviços respetivos não as fizeram com o rigor que deviam.

Estão em análise as contas de 2015 e o Tribunal de Contas está a fazer essa análise com o mesmo rigor, pormenor e cuidado que fez às contas de 2011. Aguardamos que chegue o relatório.

Já disse anteriormente que vou responder a todas as questões que o Senhor deputado colocou, por escrito.

Perguntou se está ou não registada uma receita extraordinária da venda de ações. Está, e o Senhor deputado sabe que está, porque leu isso no relatório, no entanto voltou a perguntar.

Garanto aos membros desta Assembleia Municipal e garanto ao povo flaviense que estamos a fazer uma gestão com rigor. Estamos a diminuir a dívida como é nossa responsabilidade; estamos a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro, a pagar as contas a tempo e horas.

Até final de setembro pagámos os protocolos assinados em abril com as Juntas de Freguesia, em mais de seiscentos e quarenta mil euros, coisa que até este ano nunca tinha acontecido. Isso vai permitir aos Senhores Presidentes de Junta cumprir com as responsabilidades que assumiram perante terceiros e isto sim é fazer gestão com rigor.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – usou novamente da palavra para dizer que na sua intervenção não utilizou a palavra “manipuladas”.

“O que eu disse foi que as contas foram trabalhadas.

Na página oito do relatório, o Tribunal de Contas diz: «este juízo de não conformidade destas operações, com as normas legais aplicáveis e de acordo com a interpretação uniforme do Tribunal de Contas, em sede de fiscalização prévia, fiscalização sucessiva e de julgamento de responsabilidades financeiras, conduziria à conclusão de eventual existência de infrações financeiras de caráter sancionatório».

Afinal as contas tinham muitos problemas e a verdade é que nós sempre dissemos que havia um empolamento da receita. Isso não é trabalhar as contas? É empolamento da receita e é disso que estava a falar. Se eu empolo a receita que não vou ter o que é que estou a fazer? Estou a trabalhar as contas.



Ao dizer agora que tem as contas em ordem, era o que devia ter feito sempre. Uma instituição deve ter sempre as contas bem organizadas. Uma empresa de boas contas é a regra, não é a exceção”.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 5 - PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – ACOMPANHAMENTO 1º SEMESTRE. INFORMAÇÃO Nº 29/DGF/2016. Para conhecimento.

Não houve intervenções

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 6 - PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - 2º TRIMESTRE DE 2016. INFORMAÇÃO Nº 28/DGF/2016. Para conhecimento.

Intervenções.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – Disse que os quadros que são enviados aos membros da Assembleia não são de fácil leitura.

Para poder analisar esses quadros pediu que lhe fossem entregues num formato de leitura mais fácil.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor deputado dizendo que para além de papel os documentos são enviados para todos os membros da Assembleia Municipal por via digital e com um formato de leitura adequado.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 7 - LEI Nº 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2015. INFORMAÇÃO Nº21/SC/2016. Para conhecimento.

Não houve intervenções.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 8 – DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2017. PROPOSTA Nº 80/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação,

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta dizendo que é fácil quando se está na oposição usar a demagogia de que devemos baixar taxas, de que devemos baixar tarifas.

Em relação às tarifas de água houve a sugestão de as baixar 5% ao ano. Peço aos membros desta Assembleia para fazerem uma análise comparativa dos valores das tarifas de água e saneamento aplicados no Concelho de Chaves, com os demais concelhos da região; nos municípios de dimensão semelhante a Chaves. Se depois de essa análise verificarem que os nossos preços são exagerados, tendo em conta os demais, equacionaremos a sua descida.

Já fiz aqui esse exercício e demonstrei que a água em Chaves é mais barata que em Vila Real, quando a compramos, na origem, ao mesmo fornecedor e não me parece haver mais custos na distribuição em Vila Real, do que há em Chaves.

A verdade é que não se geram receitas se baixarmos as taxas e mais uma vez reafirmo que esta Assembleia está a julgar o que se está a fazer neste mandato. Então qualquer membro do atual governo, que integrou executivos anteriores, também não pode alterar nada do passado. Era o que faltava! Podemos alterar o que for necessário sempre que com isso beneficiemos a vida das nossas populações.



Em 2017 a taxa do IMI mantêm-se de valor igual ao que foi aprovada no ano passado para 2016.

Como estamos em ano de eleições era fácil descer uma décima e em vez de 0.35% passávamos para 0.34% mas iam acusar-nos de demagogia por ser ano de eleições. Mantemos os 0.35% e o valor que vai além da taxa mínima – 0.30% - será afetado a ações concretas. Uma parte é destinada à proteção civil e dessa forma os subsídios às corporações de bombeiros vão aumentar, vamos afetar outra parte à regeneração urbana e uma outra à habitação social.

A receita de IMI arrecadada este ano baixou relativamente a 2015, com a mesma taxa. Uma parte resultante de isenções injustas, nomeadamente do património de cidadãos que não têm residência fiscal em Portugal, o que não é compreensível.

São exemplo os emigrantes que têm as suas casas mas como não vivem aqui e não tem cá rendimentos, estão isentos. Aqui estará a maior parte da quebra da receita. A Associação Nacional de Municípios está a pressionar o governo para corrigir esta situação.

Há também um conjunto de medidas que a Autarquia aprovou em 2015, nomeadamente a redução da taxa a pagar pelas famílias com filhos a cargo e que será 10% para um filho, 15% para 2 filhos e 20% para 3 ou mais filhos. Na prática uma família com três filhos verá a taxa do imposto baixar de 0,35% para 0,28%. Se a casa onde reside tiver um valor patrimonial de 100 mil euros, em vez de pagar 350,00€/ano, pagará apenas 280,00€, obtendo uma poupança de 70,00€.

Para além disso há que salientar a manutenção do esforço de medidas discriminatórias relativas a este imposto, orientadas para a área de reabilitação urbana e revitalização do Centro Histórico, que acumulam com as reduções do facto de as pessoas ali residentes terem filhos.

Certamente que tudo isto tem algum significado na arrecadação da receita, mas queremos que o Centro Histórico seja requalificado, conforme medidas da ORU e queremos também apoiar as famílias com filhos.

Este governo alterou as regras e a medida até parece ter bom senso porque para quem tem um imóvel de grande valor patrimonial, com um filho, a redução de 10% pode ser significativa, mas quem vive num imóvel mais modesto esses mesmos 10% podem não ser tão significativos como isso e poderia haver aqui alguma injustiça. A partir do próximo ano, perante as novas regras, quem tem um filho tem uma redução de 20,00€, quem tem dois filhos tem uma redução de 40,00€ e para quem tem três ou mais filhos, uma redução de 70,00€, independentemente do valor patrimonial da habitação. Isto parece-me mais justo e, provavelmente nalguns casos, para aqueles imóveis de menor valor patrimonial e de uma família numerosa, se calhar uma redução de 70,00€ pode equivaler a uma redução de 60 ou 70%.

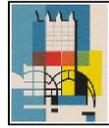
Intervenções

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que na apreciação que fez anteriormente, sobre o IMI, havia uma redução em 2016 e que na sua perspetiva se ficaria a dever à isenção automática introduzida no orçamento geral do estado este ano.

“Pergunto se as verbas que estão nesta proposta relativamente à proteção civil, aos bombeiros, são verdadeira consignação em sentido estrito, técnico?”

Vão ser inscritas no orçamento como verba consignada que tem de ser gasta efetivamente naqueles montantes? Isso acresce àquilo que seria a dotação previsional do ano anterior?

A isenção automática do IMT, que foi introduzida pelo orçamento geral do estado para 2016, não alterou os pressupostos porque estes já existiam na lei do código do imposto municipal sobre imóveis. O que alterou foi que antes eram a requerimento apresentado até 31 de dezembro e agora são automáticos.



Os emigrantes estão isentos de IMI, quando não têm a residência fiscal em Portugal e não auferem cá rendimentos. Se o emigrante tiver um edifício de valor superior a 65 mil euros em Portugal paga IMI, desde que tenha a residência fiscal naquele imóvel.

Na minha modesta opinião os municípios têm aqui um trabalho muito importante a fazer porque a receita é municipal. As Finanças só cobram. As autarquias têm de implementar um trabalho de colaboração e cooperação com os serviços locais de finanças, no sentido de identificar quais são as habitações ou sujeitos que não estão a pagar e deviam pagar. Isso é fraude. Quem efetivamente devia ter o seu domicílio fiscal permanente num determinado local e não o tem, essa situação deve ser verificada e muitas dessas isenções podem ser revertidas. Mas esse trabalho compete a quem arrecada a receita.

Na nossa perspetiva, sem confundir taxa com coleta, que são coisas distintas, nós sabemos bem que a taxa é muito menor do que aquela que era cobrada anos atrás, mas não é isso que está em causa. O que temos de comparar é a receita que foi arrecadada.

A minha pergunta é: quanto foi o aumento da receita do IMI desde 2013 até agora?

Quanto cresceu em termos percentuais e em termos absolutos?

Com a coleta, aquilo que foi a receita de IMI arrecadada pelo município, que cresceu de forma muito elevada, o que propomos é que, efetivamente, o valor se fixe na taxa mínima que é 0.30%. Admitindo que há uma perda de receita com esta decisão, entendemos que se houver um trabalho importante na questão das isenções, ela será compensada.

Ana Maria Rodrigues Coelho do PSD – depois de cumprimentar os presentes disse que na prossecução dos seus objetivos de equilíbrio financeiro e em coerência com as decisões adotadas nos anos anteriores, o Município de Chaves propõe a manutenção das taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar no exercício económico de 2017, em 0,35% para os prédios urbanos e 0,8% para prédios rústicos.

“Depois do aumento de 0,5 pontos percentuais em 2015, o qual deve ser mantido em virtude do Plano de Saneamento Financeiro em vigor, entendeu este ano o Município, propor uma afetação específica deste montante acima da taxa mínima, para financiamento das seguintes áreas de intervenção:

- Proteção Civil (0,015%);
- Reabilitação Urbana (0,02%);
- Habitação Social (0,015%)

À semelhança do já estabelecido anteriormente, o Município mantém a proposta relativa às medidas discriminatórias relativas a este imposto (positivas e negativas), centradas nos objetivos da regeneração urbana e revitalização do centro histórico da cidade, nomeadamente:

- Redução em 15% da taxa de IMI em prédios urbanos localizados e/ou arrendados na ARU, que não estejam em ruína, degradados ou devolutos;
- Majoração de 20% da taxa de IMI em vigor a aplicar a prédios urbanos degradados;
- Triplicar anualmente a taxa de IMI prevista para prédios em ruínas ou devolutos há mais de um ano.

Estas medidas discriminatórias, estão em consonância com os objetivos estabelecidos em matéria de reabilitação urbana, tratados também no ponto seguinte, e abrangem já muitos flavienses, sendo exemplo disso os pontos 18 e 19 da ordem de trabalhos desta assembleia.

A estas medidas, junta-se a proposta de redução da taxa de IMI, a aplicar à habitação própria de famílias com dependentes. Este ano, por imperativo legal, a dedução referida é de valor fixo, sendo de 20€ para famílias com 1 dependente, 40€ para



famílias com 2 dependentes e 70€ para famílias com 3 ou mais dependentes. Estas medidas discriminatórias acumulam com as anteriormente referidas, num claro incentivo à habitação no centro histórico da cidade. De realçar que esta alteração é penalizadora no caso do Concelho de Chaves, relativamente à proposta do ano anterior, em que os benefícios se traduziam numa redução percentual da taxa aplicável, em 10%, 15% ou 20%, consoante as famílias tivessem 1, 2 ou 3 dependentes a cargo, respetivamente. No concelho de Chaves, à exceção dos imóveis de valor patrimonial muito reduzido, o governo impôs uma redução do benefício atribuído aos cidadãos, ao estabelecer uma dedução fixa em vez de percentual.

Cobrar impostos é sempre impopular, mas o investimento público tem que ser sustentado de alguma forma. Assim, entendemos que o Município de Chaves, através das medidas anteriormente descritas, procura contribuir para a justiça social no concelho, através do benefício às famílias com filhos, e para a política de investimento público e privado centrada na reabilitação urbana e na melhoria da qualidade de vida da população.

Entende por isso o Grupo Municipal do PSD, votar favoravelmente a proposta apresentada pelo Município”.

O Senhor Presidente respondeu às questões colocadas.

O Partido Socialista pede que se reduzam as taxas para o mínimo, que se baixem as tarifas e ao mesmo tempo critica porque não há investimento.

Em meu entender não existe outra forma de arrecadar receitas que não seja através da implementação de taxas e de tarifas.

Há municípios que aplicam a taxa de IMI no mínimo, ou seja 0,3%, mas paralelamente criaram uma taxa de proteção civil, que é legal e que incide sobre os bens patrimoniais, em que a diferença poupada de um lado sai pelo outro. Será que valerá a pena?

Estamos a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro e demonstramos que tínhamos capacidade para pagar a dívida, arrecadando mais receita através do IMI e imprimindo mecanismos de mais eficiência na gestão. Não estamos a cobrar mais. Estamos a ser mais assertivos. Só em telecomunicações do município, conseguimos diminuir os custos em 70 mil euros desde janeiro até esta data.

Quando se está na oposição, demagógicamente, passa-se tudo para o mínimo, mas não se explica como se arrecadam as receitas necessárias para o investimento que deve ser feito.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 41 votos a favor 2 abstenções (PS) e 9 votos contra (7 do PS e 2 da CDU).

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto: “ em face da manutenção da taxa do CIMI para o próximo ano nos 0.35% decidimos votar contra, sobretudo porque a receita arrecadada com este imposto, nos últimos anos tem vindo a crescer de forma exponencial. Tendo em consideração que a receita só nos últimos dois anos terá aumentado entre seiscentos e setecentos mil euros, é um imposto que tem agredido fiscalmente muitas famílias, sobretudo porque muitas famílias viram as suas isenções terminadas.

Entendemos que havia condições financeiras para poder fazer uma redução de taxa, no sentido de dar algum alívio fiscal a algumas famílias.

Naturalmente que essa diminuição da receita poderia ser compensada, em nossa perspetiva, de duas formas: uma pela via da verificação efetiva das isenções que estão a ter um efeito na redução da coleta de IMI e por outro lado naquilo que é, para além da eficiência das telecomunicações, um esforço na eficiência financeira”.

O Senhor deputado Anselmo José Martins apresentou a seguinte declaração de voto: “abstive-me porque fui sensível ao compromisso de que parte desta taxa reverte para a proteção civil”.



PONTO 9 – ALTERAÇÃO/ADITAMENTO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES: PROPOSTA DE APROVAÇÃO FINAL DO PROJETO DE ALTERAÇÃO/ADITAMENTO, PONDERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA. REQUERENTE: MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 202/DSCH/2016. Para apreciação, discussão e votação.

Intervenções:

Tiago José Mata Morais Caldas do PS – felicitou o executivo municipal pela apresentação desta proposta, nomeadamente pelo incremento dos benefícios fiscais no âmbito da reabilitação urbana, que é positivo.

No dia 29 de setembro de 2015, nesta Assembleia Municipal, em que aprovámos o alargamento da área de reabilitação urbana, o Senhor Presidente da Câmara justificou esse alargamento, nomeadamente num dos subsistemas – o das Caldas – que iria servir para alargar o âmbito das candidaturas no PEDU, para reabilitação das piscinas municipais. Ao consultar o documento percebemos que não está aqui incluído e queremos perceber o motivo da não inclusão da reabilitação das piscinas.

Perguntamos qual a razão por que ainda surge a remodelação do antigo Cine Teatro já que esta Assembleia Municipal aprovou a sua proposta de venda. Será que há algum lapso?

No âmbito da remodelação do antigo magistério primário, na inclusão de um Centro de Incubação de Indústrias Criativas, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara quantas indústrias efetivamente se fixaram lá? Que tipo de indústrias? Qual foi o conhecimento gerado e o ganho para o Centro Histórico e para o município? Também no âmbito do alargamento está incluído, a partir deste momento, o Museu de Arte Contemporânea e gostaríamos de perceber o que é que o projeto Museu ganha com a sua inclusão neste plano de operação, qual o tipo de atividades que vão ser criadas, para que possamos perceber concretamente o que se pretende.

O Senhor Presidente respondeu às questões colocadas dizendo que o que está em causa é a ORU e não a ARU porque a ARU já foi aprovada nesta Assembleia Municipal.

Como anteriormente disse, o alargamento da ARU era para incluir área que nos permitisse apresentar candidatura ao PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – que, na sua vertente de reabilitação urbana, é exclusiva para o Centro Histórico.

Como sabem neste Quadro Comunitário de apoio os equipamentos desportivos não têm financiamento e formulámos a candidatura como requalificação e ampliação do Palácio da Água, no sentido de tentar criar uma designação simpática, que não fosse considerado equipamento desportivo, e pudesse obter financiamento. Ao negociar a aprovação do PEDU foi-nos recomendada a retirada do Palácio da Água, porque podia vir a ser reprovado numa possível fiscalização. Essa é a razão por que foi retirada a piscina, embora nas Orientações Estratégicas conste o Palácio da Água como possível investimento, nos próximos anos, desde que haja condições financeiras que, como sabem, só a 1ª fase de construção das piscinas está orçada em 3,5 milhões de euros.

Não foi engano a inclusão da remodelação do Cine Teatro. O PEDU tem uma gestão flexível e a Autarquia vai apresentando candidaturas de equipamento a equipamento, de reabilitação urbana a reabilitação urbana, das ações que estão inscritas e vai haver um momento, em 2018, em que pode fazer a revisão do Plano. Desta forma, se a Câmara Municipal não conseguir vender o imóvel do Cine Teatro, em tempo útil, fica com um instrumento para o poder reabilitar.



O Museu Nadir Afonso foi integrado naquela área pela mesma razão. Queremos construir um circuito pedonal que ligue as Caldas ao Museu e por essa razão tem de estar dentro da ARU para poder ser elegível.

A gestão do centro de juventude e de indústrias criativas está sob a responsabilidade da Associação Voz da Juventude. Tem espaço disponível para o jovens poderem criar indústrias criativas.

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

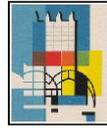
PONTO 10 – ADESÃO DOS MUNICÍPIOS DA CIM DO ALTO TÂMEGA AO CIAB – TRIBUNAL ARBITRAL DE CONSUMO. PROPOSTA Nº 77/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

Intervenções:

Francisco José Teixeira Lopes da Silva Preto do MAI – cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa da assembleia e, através da sua pessoa, cumprimentou todos os presentes.

“Em relação a este ponto da ordem de trabalhos, que acaba por se resumir à instalação em Chaves de um Tribunal Arbitral de Consumo, acarretando para o Município o pagamento de uma comparticipação anual no valor de 3.260,00 €, queremos dizer o seguinte:

- A verdadeira justiça, na nossa perspetiva, é feita pelos tribunais judiciais, esses sim, tribunais públicos, tribunais do e para o povo;
- Aceitamos que, excecionalmente, em questões de menor importância, quando os tribunais judiciais não dispuserem de meios para conseguirem dar vazão aos processos apresentados em tempo útil, possam aparecer tribunais privados para colmatar tal situação, e desde que ambas as partes a eles queiram recorrer e pagá-los;
- Ao contrário do que refere a ata da reunião do executivo camarário relativa a este ponto da ordem de trabalhos, não é verdade que o tribunal arbitral de consumo preste os serviços de forma gratuita, muito menos é o único meio a que as pessoas com menores recursos económicos podem aceder em caso de conflito, sendo ainda falso afirmar que os tribunais judiciais não possuem apetência, nem resolvem em tempo útil e de forma económica o tipo de conflitos que o tribunal arbitral de consumo gere;
- Embora possamos entender que um tribunal arbitral de consumo possa servir para combater a morosidade na justiça, teremos que reportar essa situação às comarcas de grande dimensão e maior pendência processual, como sejam Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, e poucas mais;
- Não é o caso dos tribunais da nossa comarca, porquanto, os processos judiciais, nomeadamente os de pequeno valor, são resolvidos em tempo útil (o mesmo, ou pouco mais, daquele que é informado pelo tribunal arbitral de consumo);
- Procurou-se saber qual a pendência deste tipo de processos nos Tribunais de Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar? E quanto tempo, demoram, em média, tais processos a ser resolvidos?
- E, sobretudo, quem é que verdadeiramente vai beneficiar com a existência de um tribunal arbitral de consumo? E quem é que vai sair prejudicado?
- Só depois de termos uma resposta ponderada a estas questões, não nos deixando influenciar pelo panfleto publicitário do tribunal arbitral de consumo que vem transcrito na ata referida, é que na realidade se pode dizer se a CMC deverá participar tal tribunal;



- A nossa opinião é a de que, os grandes beneficiários com a existência em Chaves do TAC serão as grandes empresas nacionais litigantes, nomeadamente MEO, NOS, VODAFONE e outras do género, que prestam habitualmente serviços no âmbito das telecomunicações; Tais empresas, que quase todos nós temos em nossas casas, apresentam um contrato de adesão ao consumidor, em que este acaba por acordar que em caso de litígio o tribunal competente será o arbitral, sem ter conhecimentos e tempo para medir as consequências;
- Os grandes prejudicados serão os tribunais judiciais acima mencionados (Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca), em particular os mais pequenos, já que todos verão reduzido o número de processos entrados, com as nefastas consequências que tal situação pode acarretar... basta ver o que aconteceu recentemente com o Tribunal de Boticas e quase esteve a acontecer com o Tribunal de Valpaços: - o encerramento;
- Sendo prejudicados os tribunais judiciais, saem prejudicados os municípios, que a breve trecho poderão ver mais tribunais judiciais locais fechados, até porque, o Tribunal arbitral de consumo é apenas o primeiro precedente, mas há outros, nomeadamente os julgados de paz, que poderão vir atrás, começando as ser consecutivas, até à destruição, as machadadas nos tribunais judiciais;
- Por tais razões, e também porque não conseguimos vislumbrar a oportunidade da adoção desta medida, muito menos sem uma justificação específica válida para tal, ainda que a comparticipação do município, em vez 3.260,00 € seja de apenas 1,00 €, iremos votar contra esta proposta e apelamos a todos os decisores intervenientes que ponderem melhor a questão, pois pensando que estão a fazer algo de bom para os Alto-tameguenses estão, na realidade, a prejudica-los.

Ana Maria Rodrigues Coelho do PSD - disse que a Lei n.º 144/2015 de 8 de setembro, veio transpor uma diretiva europeia de 2013, sobre a resolução alternativa de litígios de consumo e estabeleceu o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo, criando em Portugal a Rede de Arbitragem de Consumo. A Resolução Alternativa de Litígios de Consumo (vulgarmente designada RAL) abrange a mediação, a conciliação e a arbitragem. Atualmente há 10 Centros de Arbitragem de Conflitos de Consumo a funcionar em Portugal. 7, são de competência genérica e de âmbito regional e encontrando-se localizados em Lisboa, Porto, Coimbra, Guimarães, Braga/Viana do Castelo, Algarve e Madeira; existe 1 Centro de âmbito territorial nacional (supletivo), o CNIACC - Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo. Existem outros 2 centros de competência específica especializados no setor automóvel e no setor dos seguros.

Trata-se de entidades independentes, com pessoal especializado e que de modo imparcial, ajudam o consumidor e a empresa a chegar a uma solução amigável por via da mediação ou da conciliação. Caso esse acordo não seja alcançado pode ainda recorrer-se ao tribunal arbitral, através de um processo simples e rápido.

Desde Março do corrente ano, todos os fornecedores de bens e prestadores de serviços, incluindo as vendas online, estão obrigados a informar os consumidores sobre as entidades RAL – Resolução Alternativa de Litígio disponíveis ou às que aderiram voluntariamente ou a que se encontram vinculados por força da lei.

No Alto Tâmega, à exceção do concelho de Montalegre, que tem um protocolo com o CIAB há muitos anos, nenhum outro concelho está abrangido por qualquer Centro de Arbitragem regional, pelo que todos os possíveis casos de conflito terão que ser dirimidos pelo CNIACC - Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo. Tratando-se de um centro Nacional de ação supletiva, a sua capacidade



de intervenção fica reduzida e a sua distância de atuação retira atratividade ao uso desta ferramenta.

A proposta apresentada visa exatamente melhorar esta circunstância, através da adesão do Município ao CIAB. Este Tribunal Arbitral surgiu em Braga há 19 anos e abrange hoje 19 municípios, distribuídos por 3 distritos (Braga, Viana do Castelo e Vila Real). Ao longo da sua existência, entraram no CIAB mais de 12.000 processos de reclamação, tendo ficado consecutivamente em 2014 e 2015 classificado em segundo lugar no ranking dos centros de arbitragem em função da perceção dos utentes. Em 2015, o tempo médio de resolução de processos de reclamação neste Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo foi de 59 dias.

O CIAB exerce atualmente as seguintes atribuições:

- Informar os consumidores e as empresas sobre os seus direitos e deveres na área do consumo;
- Resolver conflitos de consumo através da mediação, conciliação e arbitragem;
- Projeto Casa Pronta;
- Informar os consumidores sobre os seus direitos e deveres em matéria de endividamento e de sobre-endividamento;
- Apoiar e acompanhar os consumidores no processo de negociação entre estes e os Bancos, tendo em vista prevenir o incumprimento ou resolver as situações de incumprimento.

Num momento em que os conflitos de consumo muitas vezes entopem os tribunais, arrastando-se por longos períodos, sem que compradores ou vendedores vejam as situações resolvidas, a proposta de adesão ao CIAB aqui apresentada merece a nossa total concordância, considerando:

- A facilidade no acesso, porque possui regras de compreensão simples e um funcionamento amigável;
- A celeridade com que os processos são encerrados (em regra menos de 90 dias);
- A segurança das decisões uma vez que as sentenças têm o mesmo valor das obtidas nos tribunais judiciais;
- A proximidade dos utentes ao centro de decisão, uma vez que a proposta apresentada assenta na criação de um serviço do CIAB na região, eventualmente instalado na cidade de Chaves, assegurando-se o seu funcionamento em rede com todos os municípios envolvidos através do projeto SMIC - Serviço Municipal de Informação ao Consumidor;
- A gratuidade dos serviços prestados pelo CIAB, perfilando-se como uma alternativa acessível para pessoas com menores recursos económicos em caso de conflito.

Considerando o papel complementar deste mecanismo de resolução de conflitos relativamente aos Tribunais e as claras vantagens em matéria de acessibilidade, celeridade e ganhos de justiça social, face ao reduzido custo que a adesão ao CIAB representa para o município (3.260€/ano), o Grupo Municipal do PSD manifesta a sua total concordância com a adesão do concelho de Chaves a este mecanismo e vota favoravelmente esta proposta”.

Francisco José Teixeira Lopes da Silva Preto do **MAI** - pediu novamente a palavra para dizer que não percebe como é que um Tribunal se complementa ao outro.

“Quem tem um problema no direito do consumo ou vai para o Tribunal Judicial ou vai para o Tribunal de Consumo. Não pode ir para os dois tribunais, logo não se complementam.

Dou o exemplo de Valpaços em que houve mais quatro ou cinco processos acima daqueles que o Governo anterior exigiu para que o Tribunal não fechasse; em Montalegre também houve mais umas dezenas. A maioria dos processos que vão até



5 mil euros é posta pelos grandes litigantes que, para mim, são os grandes impulsionadores desta situação.

Não conheço nenhum município, do tamanho de Chaves, e ainda ontem falei com um colega de Viseu, que em número de habitantes, é quatro vezes maior do que Chaves e não existe lá nenhum Tribunal Arbitral.

Eu não tenho nada contra os Tribunais Arbitrais que são apenas para quem quer, mas quem adere a contratos de telecomunicações (que quase todos nós temos em casa) vai ficar lá escrito que a competência para julgar os conflitos nesta área, será do Tribunal Arbitral. É o que acontece nas cidades onde já existe.

Apenas referi grandes empresas como a MEO, NOS, VODAFONE e EDP mas se acontecer com estabelecimentos de consumo é pior ainda para os nossos tribunais judiciais, a começar por Valpaços e Montalegre que são os mais pequenos. Daqui a uns anos quando verificarem que não tem o número de processos suficientes, fecham. Foi o que aconteceu com Boticas e quase acontecia com Valpaços. Não fosse a Presidente da Assembleia da República isso acontecia mesmo.

O que eu quero dizer é que, certamente, pensamos que estamos a fazer uma coisa boa para os nossos consumidores e a final estamos a ajudar outros que nem sequer são de cá e veremos os tribunais mais pequenos a fecharem porque não tem o número de processos exigível”.

Ana Maria Rodrigues Coelho do PSD – disse que quando falou em complementaridade não quis dizer a complementaridade a que o Senhor deputado Francisco Preto se referiu.

Existe muita gente que por falta de recursos e de conhecimentos não recorre aos Tribunais habituais.

Eu não tenho qualquer interesse particular no Tribunal Arbitral, mas entendo que pode ser um mecanismo interessante, para resolução de conflitos interessante.

O Diretor do CIAB, responsável por este Tribunal, com o qual reuni, disse exatamente o contrário daquilo que o Senhor deputado Francisco Preto referiu aqui. Quem não tem interesses nestes tribunais são exatamente os grandes operadores – MEO NÓS, VODAFONE, EDP etc. Isto porque o poder económico desses operadores permite-lhes contestar todos os processos judiciais em tribunais normais e muitas vezes as pessoas de menos recursos, como não tem meios económicos para avançar com as suas queixas, ficam sem solução para os seus problemas.

A informação que eu tenho, é que até aqui, quando um consumidor dava entrada de um processo de queixa, num Tribunal Arbitral, o operador podia recusar e colocar o processo no tribunal judicial mas a partir da constituição desta rede, não pode. O operador tem de anunciar qual é o Centro que se lhe aplica mas não é obrigado a recorrer a ele. Se um consumidor se queixar da NOS, por exemplo, num Tribunal Arbitral, a Nós não pode fugir a esse Tribunal Arbitral e ir para um Tribunal Judicial. Primeiro tem de ir para o Arbitral e caso não resolva aí é que vai para o Judicial e, nessa ótica, parece-me ser uma mais-valia, sobretudo quando as pessoas não têm tantos conhecimentos, nem tanto acesso à informação, nem tantos recursos.

Quer queiramos, quer não a justiça não é barata e não é acessível”.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a proposta tem de ser votada, até porque esta questão é uma decisão das Câmaras do Alto Tâmega, no seu conjunto. Mas tendo em conta os argumentos apresentados pelo Senhor deputado Francisco Preto, será feita a avaliação do Tribunal Arbitral nos dois anos seguintes à sua implementação e se percebermos que os grandes beneficiados são as grandes empresas como referiu, pode optar-se pelo seu encerramento.

Nesta fase, como se trata de uma decisão unânime dos municípios do Alto Tâmega, à exceção de Montalegre que já possui o Tribunal Arbitral há muitos anos, mantemos a proposta e depois da implementação, faremos a devida avaliação e tomaremos a decisão adequada.



Posta à votação a proposta foi aprovada com 44 votos a favor 4 abstenções (2 da CDU 1 do PS e 1 do PSD) e 4 votos contra (3 do MAI e 1 PSD).

A **Senhora deputada Marcia Cristina de Jesus Teixeira** apresentou a seguinte declaração de voto: “votei contra esta proposta. Concordo, no essencial, com aquilo que foi dito pelo Senhor deputado Francisco Preto.

De facto acho que é um bocadinho perverso àquilo a que estamos a assistir neste momento. Encerram-se Tribunais Judiciais que esses sim, são os sítios certos para fazer justiça e são pagos por todos nós porque é o Estado que os sustente e abrem-se tribunais arbitrais pagos pelas Câmaras Municipais, onde a justiça vai ser administrada, não sabemos por quem. Não são juízes de carreira o que nos deixa sérias dúvidas de que a justiça seja feita.

Não posso concordar com alguns argumentos, nomeadamente da celeridade processual, porque a pressa é inimiga da perfeição. Entendo que para se decidir justamente tem de se ouvir as partes, tem de se ponderar, tem de se aplicar a lei.

É completamente falso que os mais pobres não têm acesso à justiça. Há um mecanismo chamado apoio judiciário para pessoas carenciadas.

Temos de ponderar seriamente estas questões porque não havendo justiça não há estado de direito e vamos acabar por privatizar esta justiça e ceder aos interesses económicos. Quando quisermos voltar atrás não há volta a dar”.

O **Senhor deputado José Pimentel Sarmento** apresentou a seguinte declaração de voto: “nunca vi nenhuma entidade privada defender os mais fracos mas sim os mais fortes e, neste caso, tenho muitas dúvidas que um Tribunal privado vá defender os interesses de qualquer cidadão que recorra a ele, contra as multinacionais e as grandes empresas deste país. Tenho dúvidas que depois de ser implantado possamos voltar atrás”.

O Senhor Presidente da Mesa pediu autorização à Assembleia para continuar os trabalhos, uma vez que o tempo regimentar terminou. Foi autorizado por unanimidade.

PONTO 11 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. PROPOSTA 78/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que esta proposta já foi sumariamente apresentada pelo Primeiro Secretário da Comunidade Intermunicipal.

Haverá vantagens no âmbito da Comunidade Intermunicipal em ter um gabinete especializado, com serviços organizados, em vez de ser repartido por cada município individualmente. Cada município indica um técnico e depois todos, em conjunto, é que vão constituir este gabinete.

Agora, se me permitem, vou responder ao Senhor deputado Tiago Caldas que no ponto nove referiu as indústrias criativas no edifício do Magistério Primário. Esqueci-me de dizer que ainda não foram criadas indústrias mas quando algum membro do governo se desloca a Chaves é aquele espaço que visita. Foi a única Organização de Juventude que o Senhor Secretário de Estado de Juventude visitou quando veio ao Distrito de Vila Real. Visitou sedes de Bandas Filarmónicas, que não é a mesma coisa.

Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que as sessões da Assembleia Municipal devem ter início às 09,00 horas porque este formato da ordem de trabalhos não é indicado sobretudo para pessoas que tenham problemas de saúde. Estar tantas horas aqui sentado, é demais.



“Também não é possível discutir os assuntos devidamente e faz todo o sentido iniciar os trabalhos logo de manhã, ficando com uma hora de intervalo. Deixo mais uma vez esta proposta para ser considerada.

Sobre a questão da vinda do Senhor Secretário de Estado, entendemos que foi importante que tivesse visitado o Centro de Artes Criativas porque percebeu que não é nenhum Centro de Artes Criativas e percebeu também como é usado aquele espaço e para que serve.

Também não foi o único local onde visitou associações juvenis. Em Mondim também o fez.

Sobre a matéria em discussão li a proposta de enquadramento, que pretende ser a proposta fundamentadora, esclarecedora, com o enquadramento factual e de outra natureza e, na proposta, vejo muito pouco para uma matéria tão relevante. A minuta do Contrato Interadministrativo ainda me deixa mais dúvidas.

A matéria relativa ao regime jurídico do serviço público de transportes de passageiros é algo que foi transferido do IMT para os municípios e para as CIM. Foi transferida essa competência diretamente para as CIM nos casos em que os itinerários atravessam vários concelhos e quando assim é, tem de se articular, mas a competência dentro do território, cabe a cada um dos municípios. As linhas que se iniciam e acabam num município são da sua competência e por essa razão é que surge o contrato de delegação de competências.

Neste momento, estamos em final de setembro de 2016, era suposto os municípios terem feito um conjunto de diligências para implementação desta solução, designadamente a introdução e validação dos circuitos, a manutenção das autorizações das concessões existentes, e pergunto: esse trabalho foi feito antes de vir aqui este contrato administrativo? Não está aqui identificado.

Ficará de fora deste contrato interadministrativo a questão do serviço de transportes urbanos de Chaves?

Se é para ficar fora, gostava que me explicasse de que modalidade de contrato de transportes públicos de passageiros estamos a falar, em concreto nos TUC. Nunca percebi a natureza do contrato, para fazer esta concessão, de acordo com este diploma, já que agora o princípio é concorrencial e não de ajuste direto.

Os circuitos especiais de transporte de alunos são para incluir, ou não, nesta solução?

Existe algum estudo, ou vai ser feito, no que diz respeito à sustentabilidade do próprio sistema, no seu conjunto, no âmbito da CIM?

Já há neste momento em esboço, alguma ideia se com esta solução se conseguirão, ou não, manter as linhas que estão concessionadas?

Podem aumentar/diminuir? Podem ser suprimidas? Serão alteradas?

A manutenção do serviço público de transportes dentro do território ou interterritórios concelhios vai ser feita através de compensação financeira ou serão soluções sustentáveis?”

O Senhor Presidente da Mesa chamou a atenção para as ausências verificadas nas bancadas. Lembrou que é preciso garantir o quórum.

O Senhor Presidente respondeu às questões colocadas.

Não foi feita nenhuma análise em relação aos circuitos existentes. O operador é que tem de pedir a revalidação das licenças. Estamos num momento em que a lei não exige que o operador peça as licenças e, por essa razão, a Autarquia não teve de ser pronunciar sobre essa revalidação.

Não é legal criar circuitos especiais de transportes escolares e depois transportar passageiros que não sejam alunos. Os alunos do concelho, que são transportados pelas carreiras públicas possuem um passe que é pago pela Câmara Municipal. Somos o único Município que tem transportes coletivos com operador privado devidamente licenciado, a Auto Viação do Tâmega. Nas localidades não servidas por



linhas de transportes públicos são feitos os circuitos especiais e aí, o transportador, só pode transportar exclusivamente alunos.

Os TUC não estão em concessão. A concessão é da Câmara, o serviço é da Câmara. A Câmara abriu um concurso público para um prestador de serviço explorar as linhas que a Autarquia constituiu. Findo o contrato será aberto novo concurso público e ganhará a melhor proposta apresentada.

Sobre a questão do horário das sessões da Assembleia Municipal devo referir que ninguém faz uma agenda de trabalhos extensa com a finalidade de que os assuntos sejam discutidos apressadamente. Se entenderem que os pontos da ordem de trabalhos que estão por discutir, não devem ser discutidos, ficarão para a sessão a realizar em dezembro.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que não falou na questão de circuitos especiais onde haja linha de transporte público.

Neste momento estamos a raciocinar com base no RTA, que vigorou até este ano. O que agora existe é um regime concorrencial. Todas as concessões que existem vão cair. Podem manter-se, de forma excecional, até 3 de dezembro de 2019.

O que eu perguntei é se essas licenças tinham sido revalidadas, ou não?

Se essas licenças tinham sido revalidadas ou não com caráter de exclusividade?

Se na definição do modelo do sistema de transportes concelhio ou intermunicipal, no âmbito de um concurso público internacional que será aberto, um concorrente privado disser que faz esse serviço mediante uma grande compensação, como será?

Se foi equacionado, no âmbito desse concurso, colocar também os transportes escolares como sendo um serviço agregador a este caderno de encargos para que o valor da compensação da entidade de transportes seja menor?

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu dizendo que de acordo com as regras que estão estabelecidas, o transporte de alunos não pode compensar, a menos que o Ministério de Educação altere o regulamento para esse transporte. Se não alterar, os circuitos especiais que sejam criados para o efeito, só podem transportar estudantes. Se as Câmaras Municipais quiserem que seja criada uma linha, que hoje não exista, nessas circunstâncias o concorrente pode dizer que quer uma compensação. Se as Câmaras Municipais, através da CIM, não colocarem a concurso nenhuma linha e forem os operadores privados a requisitá-la, naturalmente não vão ter direito a qualquer indemnização compensatória, à semelhança do que tem acontecido até hoje.

No Alto Tâmega só em Chaves é que a Auto Viação do Tâmega tem linhas de transportes de passageiros que são circunscritas ao território municipal. Nos demais concelhos as linhas são todas intermunicipais e nesse caso a lei diz que são competência da CIM.

Mantendo-se o estado atual, só Chaves é que iria ter este serviço porque os demais municípios não têm linhas exclusivas dos seus concelhos. A menos que, e aí o Senhor deputado pode ter razão, a Câmara Municipal queira criar linhas à semelhança das dos TUC, que são transportes exclusivamente urbanos. Aqui a empresa concorrente pediu uma compensação que é em função do número de passageiros transportados e isso está devidamente definido quer na proposta quer no contrato. Quando atingir um número de passageiros, cuja receita ultrapasse um valor determinado, a Câmara não paga qualquer compensação, quando essa receita é inferior a Câmara compensa. Em Chaves todos os anos a Câmara paga cerca de cem mil euros de compensação à empresa que ganhou a prestação do serviço de transportes públicos urbanos.

Se à semelhança disto os municípios entenderem criar linhas dentro do território municipal, sem que seja o operador a requerer, entrar-se-á numa lógica igual à dos TUC. Concorre mas se o rácio do número de passageiros for inferior a um valor



determinado, a compensação é do valor que for determinado, mas sempre na lógica de que são os municípios a querer essas linhas.

Os municípios que criem essas linhas que hoje não existem, ou em caso de que o operador desista, haverá lugar a mecanismos de compensação. Assim sendo, cada município irá compensar no montante do prejuízo produzido no seu território.

Esse estudo não está feito e é verdade que a proposta está pouca fundamentada. Mas fazer um estudo muito exaustivo à cabeça, pressunha definições dessa natureza.

Se um Município entender estabelecer uma linha regular todos os dias, para determinada localidade, vai obrigar a Comunidade Intermunicipal a fazer um concurso público, que poderá ser internacional, para prestar esse serviço, com os respetivos mecanismos de compensação.

Nenhum município fez estudos para estabelecer linhas especiais e para não ser cada um a fazê-lo individualmente, entendeu-se passar a competência para a CIM e será através do gabinete a constituir, que estes estudos serão feitos e desenvolvidos

Deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que este assunto é de grande importância porque tem a ver com a mobilidade das pessoas nos territórios.

Estamos a falar nas pessoas que ficam nas aldeias e que não tem transporte próprio nem público e perante essa situação como é fazem o transporte para aceder à educação, à saúde, aos serviços públicos?

Isto é cada vez mais importante em territórios do interior com baixa densidade em que a tendência é de decréscimo da população e de aumento do índice de envelhecimento, com aumento simultâneo do índice de dependência, havendo, cada vez mais, pessoas incapacitadas para se deslocarem no território.

Em minha opinião o Decreto-Lei 52/2015 é um presente envenenado para os municípios e para as CIM porque vai obriga-los a ter mais responsabilidade no transporte público de passageiros. Neste momento todos nós estamos a raciocinar com base no regime antigo. Até aqui funcionava a adjudicação direta, por ajuste direto, a partir de agora é por regime concorrencial. Tem de haver um procedimento que faça com que todos os potenciais interessados possam concorrer às linhas.

Então quando se redefinirem as linhas todas, dentro do território municipal, a sua interligação com os municípios vizinhos, não se vai aproveitar para resolver aquilo que hoje dizemos? Quem está em Montalegre não consegue ir a Vila Real e voltar no mesmo dia? Não é uma oportunidade para dentro das CIM e inter - CIM resolver este problema? O problema é que isso custa dinheiro.

O artigo 36º do diploma diz que os municípios podem também incluir nesta solução de contratação o transporte escolar para que a solução financeira e contratual seja mais equilibrada.

Gosto de ficar bem esclarecido sobre os assuntos e relativamente a este não estou, razão porque me vou abster na votação porque não tenho informação suficiente para me pronunciar sobre ele.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que está também regulamentado o transporte porta a porta e que a Comunidade Intermunicipal também poderá definir.

O transporte porta a porta faz-se da seguinte forma: um cidadão que reside, por exemplo, em S. Vicente da Raia e quer ir ao médico telefona para a Central e pede que o transporte esteja à sua porta, às tantas horas da manhã, do dia designado para ir ao Centro de Saúde. A Central põe o transporte à hora e dia designado, na casa deste cidadão em S. Vicente e pelo caminho apanha outro cidadão em Travancas, outro em Mairós, outro em Santo António de Monforte. É assim que é feito o transporte porta a porta e foi isto que o governo decidiu para servir os territórios de baixa densidade. Esta solução vem resolver o problema das pessoas que não tem transporte diário, para aceder aos serviços que necessitam no grande centro urbano.



Não precisamos de criar carreiras regulares que no dia-a-dia vêm vazias, mesmo que tragam dois ou três alunos. E uma coisa é o custo de um grande autocarro e a outra é o custo de uma pequena carrinha que vai buscar as pessoas aos locais. São custos completamente diferentes.

Com esta modalidade de transporte é feito à medida e o utilizador paga o valor correspondente ao bilhete de transporte coletivo.

Os operadores serão os taxistas que aderirem ao sistema porta a porta. Foi desta forma que foi desenhado este meio de transporte coletivo, para servir territórios de baixa densidade.

Não estou a ver nenhum município a estabelecer carreiras regulares, mesmo no concelho de Chaves, que tem muito mais população do que os concelhos vizinhos. De S. Vicente da Raia vem diariamente um estudante e de Travancas vêm dois, num autocarro.

Continuamos a fazer circuitos especiais para os alunos em carrinhas e os cidadãos têm disponível o transporte porta a porta.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 36 votos a favor 11 abstenções e zero votos contra.

O **Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro** apresentou a seguinte declaração de voto: “a informação que nos foi disponibilizada não é de molde suficiente a permitir formar uma opinião fundamentada sobre esta matéria e em face das questões que foram suscitadas, na minha perspetiva, com insuficiente esclarecimento, entendemos que não estamos habilitados para nos pronunciar acerca da bondade ou falta de bondade desta proposta. Em consciência, o nosso voto foi de abstenção. Poderemos vir a mudar de opinião se efetivamente o processo ganhar mais maturidade, que nos permita, com informação adequada, poder pronunciar-nos sobre esta proposta”.

PONTO 12 - JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO - APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO DE 2015/2016. PROPOSTA Nº 71/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

Não houve Intervenções:

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

O **Senhor Presidente da Mesa** pediu autorização à Assembleia para discutir os pontos nº 13, 14, 15 e 16, em bloco, dado que o seu conteúdo é da mesma natureza, fazendo a votação individual. A Assembleia aceitou a sua discussão em bloco e a votação individual.

PONTO 13 – PROPOSTA DE MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DO PLANALTO DE MONFORTE – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OUCIDRES E BOBADELA, EM MAIO DE 2015, NO QUE CONCERNE À GESTÃO DA ÁGUA DA FREGUESIA. PROPOSTA Nº 75 /GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

Não houve Intervenções:

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 14 - PROPOSTA DE MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES, EM MAIO DE 2015, NO QUE CONCERNE À GESTÃO DA ÁGUA DA FREGUESIA. PROPOSTA Nº 76 /GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

Não houve Intervenções:

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.



PONTO 15 – PROPOSTA DE MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE REDONDELO, EM MAIO DE 2015, NO QUE CONCERNE À GESTÃO DA ÁGUA DA FREGUESIA. PROPOSTA Nº 81 /GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

Não houve Intervenções:

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 16 - PROPOSTA DE MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM, EM MAIO DE 2015, NO QUE CONCERNE À GESTÃO DA ÁGUA DA FREGUESIA. PROPOSTA Nº 82 /GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

Não houve Intervenções:

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 17 – PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO OUTORGANTE PRIVADO NO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO/CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES E A SOCIEDADE “FORTE DE S. FRANCISCO HOTÉIS, LDA”, EM 09 DE FEVEREIRO DE 1989. PROPOSTA Nº 83/GAP/2016. Para apreciação, discussão e votação.

Intervenções:

Francisco José Teixeira Lopes S. Preto, do MAI - disse que em sua opinião este ponto não teria de via à apreciação da Assembleia Municipal.

A Proposta refere que a Câmara Municipal fez um contrato de concessão das instalações do Forte de S. Francisco a uma sociedade chamada Forte de S. Francisco Hotel. Essa sociedade vai ser incorporada num projeto de fusão com uma sociedade que se chama ADAPT VOCATIN SA. e eu entendo que quando a sociedade pediu autorização, a Câmara devia responder-lhe com o parágrafo que consta da ata e que diz: nos termos da alínea a) do art.º 112º do Código das Sociedades, com a inscrição da fusão no registo comercial extingue-se a sociedade incorporada, transmitindo-se os seus direitos e obrigações para a sociedade incorporante, no caso individual e concreto, a ADAPT VOCATIN SA.

Se votarmos contra a proposta, essa votação não vale de nada. Não podemos impor-nos à lei e por essa razão vamos abster-nos.

O Senhor Presidente disse que a proposta em discussão vem à Assembleia Municipal porque foi este Órgão que autorizou a concessão à Sociedade Forte de S. Francisco Hotel; se essa concessão tiver sido feita em exclusivo, ao ser incorporada noutra sociedade podia dar o direito à Autarquia de a dar por finda.

Nessa perspetiva faz sentido que a Assembleia autorize a extinção da Sociedade Forte de S. Francisco Hotel e autorize a transmissão da concessão a esta nova Sociedade ADAPT VOCATIN SA.

Essa é a razão por que os juristas da autarquia entenderam que a proposta devia vir à Assembleia Municipal.

Posta à votação a proposta foi aprovada com 41 votos a favor 6 abstenções e zero votos contra.

PONTO 18 – CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E IRS AO ABRIGO DO ARTº 71 DO EBF. REQUERENTE: MARIA JOSÉ TEIXEIRA DO NASCIMENTO. LOCALIZAÇÃO: RUA CORONEL BENTO ROMA – 2º D, FRAÇÃO “E” – SANTA MARIA MAIOR. PROCESSO Nº 289/14. REQUERIMENTO Nº 169/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 162/DSCH/2016. Para apreciação, discussão e votação.



Não houve Intervenções:

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 19 – CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E IRS AO ABRIGO DO ARTº 71 DO EBF. REQUERENTE: MARILIA VALENTE FERREIRA ABELHA. LOCALIZAÇÃO: RUA 25 DE ABRIL – SANTA MARIA MAIOR. PROCESSO Nº 436/10. REQUERIMENTO Nº 186/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 44/DSCH/2016. Para apreciação, discussão e votação.

Não houve Intervenções:

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos termos do disposto no artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua executoriedade imediata.

Depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda o **Senhor Presidente da Mesa**, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, às vinte e uma horas, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____